

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA

CÉLIA APARECIDA ALMEIDA ESTEVAM

**PERFIL DE EGRESSOS DO CURSO DE MESTRADO EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO IFTM:
IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NA PESQUISA**

UBERABA – MG
2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA

CÉLIA APARECIDA ALMEIDA ESTEVAM

**PERFIL DE EGRESSOS DO CURSO DE MESTRADO EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO IFTM:
IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NA PESQUISA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação nível *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – *Campus* Uberaba, Linha de Pesquisa: **Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia – Processos Formativos e Práticas Educativas em Educação Tecnológica**, como requisito para obtenção do Título de Mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam

UBERABA – MG
2017

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Uberaba-MG

E85p Estevam, Célia Aparecida Almeida
 Perfil de egressos do curso de mestrado em Ciência e Tecnologia de
Alimentos do IFTM: impactos na formação e na pesquisa / Célia Apare-
cida Almeida Estevam – 2017.
 115 f.

 Orientador: Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam
 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnoló-
gica) Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Uberaba- MG
, 2017.

 1. Educação. 2. Avaliação. 3. Ensino. 3. Perfil. 4. Egressos.
5. Mestrado profissional. I. Estevam, Humberto Marcondes. II. Título.

CDD 378

PESQUISADORA

Célia Aparecida Almeida Estevam

Contadora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Reitoria

*Uberaba/MG.***ORIENTADOR**

Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam

Professor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Campus Uberaba/MG

CONTATO:

Rua Ângelo Natal de Paiva, 119 – Jardim Aquarius

Uberaba / MG – Cep 38050-240 - Brasil

celia@iftm.edu.br

(34) 99978-1055 / 3314-8834

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

a Deus, por me guiar, iluminar e me dar saúde para seguir em frente com os meus objetivos, não desistindo diante das dificuldades....

a meu estimado orientador, Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam, por seu apoio e amizade e que, a partir de seu exemplo de vida, sua dedicação, serenidade, compreensão e incentivo, foi me mostrando novos horizontes e indicando o caminho da perseverança...

ao meu esposo e queridos filhos, que por amor, compreenderam minhas ausências no convívio familiar a propósito do desenvolvimento e elaboração deste trabalho, e pelo apoio incondicional durante a realização deste sonho...

aos meus pais que, em sua humildade, sempre nos mostraram o caminho para a educação, percebendo a sua importância em nossas vidas, mesmo tendo pouquíssimas oportunidades no passado...

aos meus irmãos que sempre me motivaram, acreditaram, entenderam meus momentos de afastamento e reclusão e me mostraram com seus exemplos o valor dos estudos...

às minhas valiosas amigas Bia, Deborah e Ana Paula que sempre me incentivaram acreditando que eu conseguiria trilhar esse caminho...

ao IFTM, Direção, Coordenação de Curso e Secretaria Acadêmica por autorizar e disponibilizar informações da instituição para realização desta pesquisa...

aos egressos que gentilmente responderam às minhas indagações tornando possível a realização desta pesquisa...

aos membros da banca, pela disponibilidade e gentileza em contribuir com este estudo...

aos professores e colegas do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica, pela oportunidade e contribuição, na convivência de cada dia, para meu crescimento e tentativa de ser uma pessoa melhor...

por fim, aos colegas, demais familiares que torceram por mim e todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para a realização desta pesquisa.

"E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar..."

(Caminhos do coração – Gonzaguinha).

A todos, o meu sincero e profundo: **Muito Obrigada!**

*A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho normal.
(Albert Einstein).*

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS & ABREVIACÕES	10
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE TABELAS.....	13
LISTA DE QUADROS.....	14
LISTA DE GRÁFICOS	15
RESUMO	16
RESUMEN.....	17
INTRODUÇÃO	18
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA.....	28
TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CONTEXTO LEGISLATIVO HISTÓRICO	29
EVOLUÇÃO E ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	37
DE CENTRO DE TREINAMENTO A INSTITUTO FEDERAL.....	38
ATUAÇÃO ACADÊMICA DO IFTM.....	41
MESTRADO PROFISSIONAL E MESTRADO ACADÊMICO	46
MESTRADO PROFISSIONAL NO IFTM.....	55
O CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO IFTM	56
RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	61
PERFIL DOS EGRESSOS.....	65
FORMAÇÃO ACADÊMICA E TRANSCURSO DO MESTRADO	70
POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS E PERFIL ECONÔMICO	84
O CAMINHO A PESQUISA.....	89
CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	102
APÊNDICE B – CARTA CONVITE.....	105
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	107
APÊNDICE D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	109
ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....	109

LISTA DE SIGLAS & ABREVIACOES

ADS	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de tica em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP/IFTM	Conselho Superior do Instituto Federal do Triângulo Mineiro
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Educação a distância
EAF	Escola Agrotécnica Federal
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAZU	Faculdades Associadas de Uberaba
FEU	Faculdade de Educação de Uberaba
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FORPROP	Fórum de Pr-reitores de Pesquisa e Pós-graduação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
IGC	ndice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNPG	Sistema Nacional de Pós-graduação
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNED	Unidades Descentralizadas de Ensino
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIPAM	Centro Universitário de Patos de Minas
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM	58
-----------------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativos de Cursos de Mestrado Recomendados e Reconhecidos pela CAPES	52
Tabela 2	Cursos Recomendados e Reconhecidos CAPES - Área de conhecimento: Ciências de Alimentos	56
Tabela 3	Áreas do Conhecimento - CNPQ	75
Tabela 4	Motivação para o mestrado e oportunidades oferecidas pós Mestrado	87
Tabela 5	Remuneração mensal antes e após o Mestrado	88
Tabela 6	Resumo de Produções/ano, incluídas na Plataforma Lattes dos Egressos	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos Presenciais - Técnicos e Superiores ofertados pelo IFTM	41
Quadro 2	Cursos à Distância ofertados pelo IFTM	43
Quadro 3	Cursos de Pós-graduação: <i>Stricto Sensu</i> e <i>Lato Sensu</i> ofertados pelo IFTM	44
Quadro 4	Proposta de criação do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM	56
Quadro 5	Titulação dos Docentes	59
Quadro 6a	Ingressos/ano	63
Quadro 6b	Egressos/ano	64
Quadro 6c	Ingressos e Egressos/ano	64
Quadro 7	Egressos (Gênero/Estado Civil/Nascimento/Idade/Cidade)	65
Quadro 8a	Quantidade de ingressos por gênero	66
Quadro 8b	Quantidade Egressos por gênero	67
Quadro 9	Faixa etária dos egressos	69
Quadro 10	Dados relativos a Graduação dos Egressos	70
Quadro 11	Relação de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	72
Quadro 12	Período fora de sala de aula como aluno de cursos regulares	76
Quadro 13	Motivação dos egressos para cursar o Mestrado	76
Quadro 14	Incentivo para cursar o Mestrado	77
Quadro 15	O tema inicial da pesquisa foi mantido durante o curso?	78
Quadro 16	Tempo para conclusão do Mestrado	79
Quadro 17	Tempo para Titulação dos egressos	80
Quadro 18	Avaliação da estrutura, dos docentes e do Curso	81
Quadro 19	Área de atuação profissional Pós Mestrado	85
Quadro 20	Oportunidades Pós Mestrado	86
Quadro 21	Publicações dos egressos após a Titulação	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Abrangência geográfica dos egressos	66
Gráfico 2	Estado civil por faixa etária dos egressos	68
Gráfico 3	Graduação dos Egressos	71
Gráfico 4	Instituição de Conclusão da Graduação dos Egressos	72
Gráfico 5	Relação da Graduação dos egressos com o Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos - IFTM	74
Gráfico 6	Relação da Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> dos egressos com o Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos - IFTM	74
Gráfico 7	Quantidade de egressos X tempo para titulação	80
Gráfico 8	Avaliação da estrutura do IFTM para o Curso	82
Gráfico 9	Avaliação quanto aos docentes do Programa	83
Gráfico 10	Avaliação do Programa de Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos - IFTM	84
Gráfico 11	Vínculo Empregatício dos egressos	86

ESTEVAM, Célia Aparecida Almeida. **Perfil de Egressos do Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM:** impactos na formação e na pesquisa. Uberaba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba, 2017. Dissertação (Mestrado Profissional de nível *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação Tecnológica. Área de concentração: Educação; Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia: Processos Formativos e Práticas Educativas em Educação Tecnológica). **Orientador:** Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam.

RESUMO

A proposição básica deste trabalho foi de investigar sobre o perfil de egressos do Curso de nível *Stricto Sensu* Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos ofertado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro - *Campus* Uberaba, e seus impactos com relação a sua formação docente, seu nível de empregabilidade e a pesquisa, visando identificar o percurso formativo e profissional do egresso, visualizando a sua inserção no mundo do trabalho e da pesquisa. A pesquisa foi realizada com métodos científicos utilizando de uma abordagem classificada como quantitativa e por meio de método descritivo quanto aos seus objetivos. Para seu desenvolvimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental além do levantamento de dados (*survey*) com a aplicação de questionário como instrumento de coleta. O cálculo amostral da população de 31 egressos foi de 29, sendo totalmente contemplado com a participação na pesquisa. O resultado sintético da pesquisa demonstra que a maioria dos egressos é do gênero feminino e com faixa etária compreendida entre 26 a 57 anos, estando todos inseridos no mercado de trabalho de alguma forma, sendo a maioria com vínculo no funcionalismo público. Quanto à produção em pesquisa, uma parcela de egressos prosseguiu na produção após o mestrado. A representatividade de satisfação quanto à estrutura disponível ficou em torno de 80% levando em consideração a classificação ótimo e bom. De maneira geral concluiu-se que o programa está bem-conceituado pelos seus egressos, considerando um nível de aprovação geral dos docentes acima de 94% e de satisfação com o programa com índice de 83%.

Palavras-chave: Educação. Avaliação. Ensino. Perfil. Egressos. Mestrado Profissional

ESTEVAM, Célia Aparecida Almeida. **Perfil de Egressos do Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM:** impactos na formação e na pesquisa. En la ciudad Uberaba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba, 2017. Tesis de Maestría - concentración: Educación). Asesor Responsable: Profesor Doctor Humberto Marcondes Estevam.

RESUMEN

La proposición básica de este estudio fue investigar el perfil de los graduados de nivel del curso stricto sensu Maestría en Ciencia y Tecnología de Alimentos ofrecido por el Instituto Federal del Triángulo Mineiro en la ciudad de Uberaba (*Campus* Uberaba), y su impacto en relación con su formación de docentes, su nivel de la empleabilidad y la investigación, para identificar la trayectoria educativa y profesional de egreso de ver su inserción en el mundo del trabajo y la investigación. La encuesta se llevó a cabo con métodos científicos utilizando un enfoque cuantitativo y clasificada como a través del método descriptivo y sus objetivos. Para su desarrollo se utilizó la investigación bibliográfica y documental, además de la recolección de datos (encuesta) con la aplicación del cuestionario como instrumento de recolección de datos. El cálculo del tamaño de la muestra de la población de 31 graduados fue de 29, siendo completamente cubierto con la participación en la encuesta. El resultado sintético de la investigación muestra que la mayoría de los graduados son mujeres y con edades comprendidas entre 26-57 años. todos los cuales se insertan en el mercado laboral, de alguna manera, la mayoría con lazos en la administración pública. En cuanto a la búsqueda, una proporción de graduados en la producción continuó después del Masters. La representatividad de la satisfacción con la estructura disponible fue de alrededor del 80% teniendo en cuenta la gran y buena calificación. En general, se concluyó que el programa está bien considerado por sus graduados considerando un nivel general de aprobación de los maestros por encima del 94% y la satisfacción con el programa con un índice del 83%.

Palabras Clave: Educación. Avaliação. Enseñansa. Perfil. Graduados. Maestría Profesional

INTRODUÇÃO

A arte de descobrir a verdade é mais preciosa que a maioria das verdades que se descobre (Pedro Bervian).

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM é uma autarquia federal de direito público, que tem definido em seu estatuto a missão de "ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática". A partir deste princípio de promover "desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade" vislumbra-se que a Instituição deva conhecer o que acontece com os egressos do outro lado do mundo acadêmico, após sua formação, preocupando-se não só com a oferta do ensino, mas conhecendo o resultado da formação profissional diante de sua participação no mundo do trabalho e da pesquisa, verificando a realidade da formação de seus egressos diante de sua situação no mundo do trabalho, das oportunidades de continuidade no processo formativo acadêmico e de suas possibilidades de realização de pesquisas.

A gestão de uma organização na área educacional exige grande esforço pedagógico e administrativo, no tocante tanto ao funcionamento como a sua manutenção, de forma a proporcionar as condições estruturais para o desenvolvimento das atividades, quer sejam humanas ou materiais, como locais apropriados e equipamentos adequados para sua gestão e execução dos cursos. Diante de tantos compromissos e obrigações, o acompanhamento da trajetória do egresso é negligenciado pela maioria das Instituições brasileiras e, por vezes, colocada em segundo plano, por falta de motivação, por falta de sistematização, recursos tecnológicos ou por deficiência no quadro de pessoal para designação de uma equipe que trate exclusivamente da realização de atividades ligadas à pesquisa e acompanhamento dos egressos.

A experiência profissional da pesquisadora nesta Instituição de ensino, desde 1987, inicialmente na área pedagógica e depois em vários setores da administração, proporcionou acompanhar o desenvolvimento Institucional e suas diversas transformações. Com base nesta experiência visualizou-se a necessidade de aprofundar pesquisas de interesse da maioria das Instituições brasileiras, quanto a identificação do seu verdadeiro papel e suas contribuições sociais. Tal comprometimento com a Instituição norteou a responsabilidade de apresentação de uma pesquisa que seja proveitosa no sentido de promover a auto-avaliação e de dinamizar a reflexão relativa a oferta do curso em foco, bem como da extrema necessidade de acompanhamento de seus egressos, para repensar e redimensionar o projeto técnico-pedagógico na busca de seus objetivos e das expectativas sociais e institucionais. Partindo do princípio que o egresso, em suas vivências profissionais é automaticamente impulsionado a confrontar seus conhecimentos acadêmicos com as práticas a serem realizadas no seu ambiente de trabalho, entende-se que ninguém melhor que o egresso para retornar à

Instituição o seu ponto de vista, quanto à efetiva contribuição do seu processo formativo, de forma a agregar valores e promover a evolução do processo educativo. Ressalta-se que iniciativas de acompanhamento dos egressos promovem a interação com a Instituição contribuindo para o fortalecimento de laços estabelecidos durante a permanência no Instituto e com vistas as futuras implementações e incentivos para novos ingressos.

Somando-se a isso, existem as exigências legislativas dos processos avaliativos das instituições de ensino. Assim, de acordo com legislação que regulamenta a oferta de programas de mestrados profissionais, Portaria Normativa MEC n. 17/2009 (BRASIL, 2009a), um dos parâmetros a serem considerados para avaliação dos programas de mestrado profissional são aquelas "informações sobre o destino dos egressos do curso, empregabilidade e trajetória profissional" (BRASIL, 2009a). Desta forma, verificada a lacuna relativa a institucionalização regular e padronizada quanto ao acompanhamento efetivo dos egressos dos cursos do IFTM, é perceptível a necessária incorporação do acompanhamento dos egressos no sistema educacional, de uma forma estruturada e informatizada, tendo como consequência não só a avaliação de órgãos reguladores, mas também o atendimento das expectativas da sociedade como um todo, alcançando maior efetividade e eficiência a partir do aprimoramento e sistematização das atividades existentes.

Neste contexto, esta pesquisa procurou abrir perspectivas para que, tanto o IFTM como outras Instituições de Ensino Superior - IES, realize pesquisas para avaliação de ingressos e egressos como instrumento de amparo à revisão de seus projetos e alteração de seus modelos e, conseqüentemente, busquem nas avaliações a reflexão/ação para o aperfeiçoamento da qualidade de seus sistemas institucionais de gestão e ensino, a partir dos parâmetros obtidos pelas pesquisas, de modo a buscar a superação de dificuldades bem como a adequação aos anseios do seu público. Destarte, tais avaliações poderão servir de estímulo aos setores de pós-graduação e pesquisa na busca de incentivo e fomento à pesquisa e de maiores investimentos nos cursos ofertados, além de contribuir com a instituição para acompanhamento de egresso no que diz respeito ao atendimento dos critérios de avaliação aplicados pela CAPES, com destaque para aquele que avalia se a instituição possui ou produz informações quanto ao destinos dos egressos do mestrado profissional de forma acompanhar sua trajetória profissional e a empregabilidade.

Como objeto de estudo cumpre-nos destacar a definição de egressos. Nesta vertente, a pesquisa exploratória para análise conceitual do termo egresso, realizada por Pena (2000), subdividiu em categorias distintas os egressos do mundo acadêmico:

- a) egressos que concluíram todas as disciplinas do currículo de um curso e já colaram grau, sendo, portanto, portadores de diplomas oficializados pela Instituição, em que o acompanhamento dos egressos deve analisar sua situação política e social, bem como o seu desempenho profissional no mercado de trabalho;
- b) egressos que se transferiram para outras escolas, a respeito dos quais, precisa-se avaliar os principais motivos que os levaram a cancelar oficialmente sua matrícula [...] e a se transferir para outros cursos por vontade própria ou ex-ofício;
- c) egressos que desistiram dos seus cursos, abandonando a Instituição, principalmente os excluídos por não-atendimento a normas e regimentos, contexto em que o acompanhamento deve procurar inferir as razões da desistência;
- d) egressos que ultrapassaram os limites de tempo para a integralização de créditos do seu curso e, por isso, podem, considerando-se os aspectos legais, ser jubilados pela Instituição, situação em que, por um lado, se devem realizar levantamentos sobre a questão do jubramento, e, por outro, buscar inferir as razões da retenção prolongada desses alunos e construir formas para corrigir as distorções detectadas. (PENA, 2000, p.29)

Partindo dos conceitos elaborados por Pena (2000), a pesquisa buscou questionar aqueles egressos que são classificados no item "a" como foco principal, aqueles que finalizaram completamente os créditos e apresentaram suas dissertações dentro dos prazos autorizados, partindo do princípio que torna-se singular e necessário acompanhar os egressos como instrumento de aperfeiçoamento, fazer reflexões sobre como e quem estão sendo formados, além da possível verificação se estes indivíduos são capazes de atuar de forma responsável para atender as demandas locais e regionais.

Os ensinamentos de Marconi, Lakatos (2003), de uma forma sintética, ensinam que a pesquisa científica é um processo formal de investigação para descobertas das relações que envolvem os fatos, fenômenos ou situações, em um processo que conta com o método reflexivo para descoberta e conhecimento da realidade ou de verdades, ou seja, utilizando o método científico. De uma forma geral, as etapas do método científico consiste em definir e delimitar o problema de pesquisa; formular hipóteses; realizar observações e coleta de dados/informações; analisar e interpretar os resultados obtidos e apresentar as conclusões ou considerações finais que demonstrem a rejeição ou não da hipótese levantada.

Neste contexto, esta pesquisa está classificada, quanto ao objetivo, como uma pesquisa descritiva, baseado no conceito explicitado por Gil (2002) quando descreve que esse tipo de pesquisa:

tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008, p.28)

Este método de pesquisa, que tem a perspectiva de perceber os fatos e verificar se condizem com a realidade, partindo do geral para o particular, enquadra-se no método

dedutivo. O sentido clássico desse método é prever a ocorrência de casos particulares baseando-se na lógica, ensina Gil (2008):

Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. E o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios a priori evidentes e irrecusáveis (GIL, 2008, p. 9).

Quanto à abordagem, a pesquisa foi realizada com características denominadas quantitativas e foi utilizado informações numéricas e cálculos como principal recurso para analisar os dados obtidos. A coleta de dados da pesquisa foi realizada por meio de levantamento de dados - *survey*¹, além de pesquisa bibliográfica e documental. O *survey* vem de encontro com o objetivo de coletar e avaliar dados de uma amostra, com aplicação de questionário, extraída de uma população previamente selecionada, conforme esclarece Gil (2008):

As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados. As conclusões obtidas a partir desta amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos (GIL, 2008, p. 55).

Nesta vertente, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário, enquanto técnica de pesquisa. Assim, a elaboração do questionário (**Apêndice A**) consistiu em delinear questões abertas e fechadas, com prioridade para as fechadas, utilizando-se do recurso de uniformização das perguntas para facilitar a compilação das respostas, buscando atingir o maior número de participantes sem esquecer da necessária garantia do anonimato dos partícipes, além de não expô-los às influências e opiniões do pesquisador, ensinamentos propostos por Marconi, Lakatos (2003) e Gil (2008). Para o teste-piloto o instrumento de coleta foi apresentado para alguns colaboradores como forma de assegurar a clareza nas perguntas e o alcance dos objetivos, sendo acatadas as sugestões postuladas visando melhor adequação das questões ao propósito da pesquisa. Estes procedimentos buscaram conformidade nos ensinamentos de Marconi, Lakatos (2003) quanto destacam que (o teste-piloto), "O pré-teste serve também para verificar se o questionário apresenta [...]: Fidedignidade [...]; Validade [...]; Operatividade", enfim, se o questionário aplicado obtém os mesmos resultados, independentemente de quem o aplique; se os dados obtidos são realmente necessários e ligados à pesquisa e por último, se apresentam uma linguagem acessível e com clareza no vocabulário.

¹ *survey*: termo em inglês que se refere a "pesquisa em grande escala"

Com o direcionamento da pesquisa nesta linha de avaliação, o público de egressos foi definido como aqueles diplomados oficialmente pelo IFTM - *Campus* Uberaba no curso de mestrado que, no caso, Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria Acadêmica. Este curso, que faz parte do programa de pós-graduação de nível *Stricto Sensu*, é denominado de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, cujo objetivo expresso no seu Projeto Pedagógico do Curso- PPC é de proporcionar aos seus discentes uma formação com base científica e tecnológica, com vistas a capacitar os profissionais para reconhecerem a necessidade e importância dos estudos científicos e pesquisas como forma de agregar valores as suas atividades profissionais. Assim, partindo dos objetivos do curso, a pesquisa sobre o perfil de seus egressos tencionou conhecer o alcance dos objetivos propostos pelo curso levantando os seus impactos após a conclusão do mesmo. Desta forma, o estudo apresentado teve como objetivo geral investigar sobre o perfil de egressos do Curso de nível *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM e seus impactos com relação a sua formação docente, seu nível de empregabilidade e a própria pesquisa. E, de forma a detalhar este o objetivo geral foram delineados como objetivos específicos: pesquisar sobre a satisfação dos egressos com relação ao curso; verificar se durante o curso de mestrado os egressos acharam necessário alterar seu projeto de pesquisa; demonstrar a relação entre o trabalho atual e a formação profissional dos egressos; verificar as dificuldades enfrentadas pelos egressos para a inserção no mercado de trabalho; averiguar a contribuição da formação profissional para a evolução da remuneração dos egressos; demonstrar como os egressos conseguem movimentos de inserção e promoção para o trabalho com a formação oferecida pelo curso; verificar se o egresso aplica seus conhecimentos na docência ou na pesquisa.

Diante dos objetivos propostos, para conhecer melhor sobre o tema em epígrafe e ao mesmo tempo elucidar como a instituição está contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, algumas indagações foram indispensáveis, tais como: Quais as formas de incentivo para que o egresso recebeu para realização de seu curso e conseqüente desenvolvimento de pesquisa? Qual o nível de satisfação do egresso com o curso concluído? Durante o curso os alunos se sentem motivados a alterarem seus projetos como forma de adequá-los ao conhecimento adquirido? Como os egressos do Curso de nível *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM estão inseridos no mundo do trabalho? Qual a relação entre o trabalho atual e a formação profissional dos egressos? A formação profissional contribuiu para a evolução da remuneração dos egressos? Os egressos conseguem movimentos de inserção e promoção para o trabalho? O curso realizado desperta

para a realização de pesquisas? Tais questionamentos possibilitaram a contextualização e o dimensionamento da pesquisa apresentada.

Desta forma, a partir das questões apresentadas, realizou-se um levantamento de informações que levaram a mensurar a sua situação remuneratória anterior e posterior à realização do mestrado; o nível de satisfação com o curso ofertado pelo IFTM, bem como dos recursos de infra-estrutura disponíveis e nível de satisfação com o quadro de docentes; os motivos que os direcionaram a cursar o mestrado profissional e conhecer alguns aspectos quanto a realização da pesquisa durante o curso. Além do exposto, realizando uma pesquisa além dos questionários, foi possível mensurar a produção científica dos egressos pós conclusão, via consulta à Plataforma Lattes².

Sendo o IFTM - *Campus* Uberaba o objeto de estudo, após a elaboração do questionário, o próximo passo foi solicitar a autorização ao Diretor Geral do *Campus* para realização da pesquisa. Desta forma, foi concedida a autorização para obtenção de informações junto à Coordenação de Registro e Controle Acadêmico do *Campus* (a qual ficou denominado, doravante, Secretaria Acadêmica) relativos aos egressos do curso em referência, bem como utilizá-los na pesquisa voltada à dissertação sob título Perfil de Egressos do Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM: impactos na formação e na pesquisa. Contando com a autorização foi possível coletar alguns dados como: nome, data de nascimento e período de estudos, com detalhes do semestre de ingresso e data de conclusão do curso, bem como informações para contato. Com o prosseguimento aos trâmites da pesquisa científica, de acordo com a legislação que normatiza as pesquisas que tenham utilização de dados com envolvimento direto de seres humanos, procedeu-se à submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, visando aos compromissos éticos de resguardar a situação dos indivíduos envolvidos e de manter as informações coletadas, não individualizadas e com sigilo, conforme orientações constantes do processo de aprovação do projeto de pesquisa. A submissão do projeto foi procedida via Plataforma Brasil³ que, de forma aleatória distribuiu para análise ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - CEP/UFTM. Após os procedimentos de análise o projeto de

² Plataforma Lattes, trata-se de uma plataforma virtual, desenvolvida e mantida pelo CNPq - mantém um enorme banco de dados capaz de agregar informações acerca de currículos, instituições, grupos de pesquisa e etc.

³ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP, possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas.

pesquisa foi aprovado pelo Comitê, conforme parecer consubstanciado do CEP/UFTM n. 1.667.481 - CAAE: 57220316.2.0000.5154, de 8 de agosto de 2016 (**Anexo A**).

O questionário (**Apêndice A**) foi elaborado via *Google Docs*⁴ e após a liberação/aprovação do Comitê de Ética, foi encaminhando por e-mail aos egressos que satisfizeram os critérios de inclusão - àqueles concluintes que ingressaram no curso, objeto da pesquisa, no período de 2011 a 2014. É importante ressaltar que para realização da pesquisa foi necessário calcular uma amostra da população a ser pesquisada, que, dentre os 31 egressos, a amostra calculada e encontrada foi de 29 egressos, sendo os procedimentos de apuração e cálculo detalhados mais à frente quando da apresentação da análise de resultados. Na mensagem encaminhada aos 31 egressos, foram informados os objetivos e a importância da pesquisa, por meio da Carta Convite (**Apêndice B**), com destaque para a grande contribuição do participante para o sucesso da pesquisa. O link: <https://goo.gl/forms/jZ42tuwKEwC9KMt72>, foi inserido no corpo do e-mail para direcionar o acesso ao questionário (**Apêndice A**). Em anexo ao e-mail foram encaminhados o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (**Apêndice C**) e o Termo de Confidencialidade (**Apêndice D**). Como alguns e-mails retornaram foi necessário a busca em redes sociais na tentativa de obtenção de novos contatos de e-mail. Em alguns casos, não foi possível atualizar o e-mail pelas redes sociais, no entanto, de posse do número do celular foi possível contatar vários deles via aplicativo de rede social e mensagens, conseguindo que gentilmente eles fornecessem outro e-mail de contato. O período inicialmente proposto para a pesquisa foi de agosto a outubro/2016. Assim durante este período os e-mails foram reenviados por diversas vezes, na tentativa de obter o maior número de respostas possíveis. No entanto, embora com e-mails corretos, alguns egressos ainda não haviam respondido ao questionário, por isso foi necessário ampliar o período até novembro/2016. Entende-se que por motivos diversos os questionários nem sempre são respondidos, porém com a ajuda da Coordenação do Curso, com a sensibilização dos ex-alunos, aos poucos conseguiu-se que as respostas fossem apresentadas e dessa forma a amostra necessária foi alcançada. Ressalta-se que um dos egressos que não respondeu a pesquisa foi contatado por aplicativo de mensagem, retornando que responderia ao questionário quanto tivesse tempo e por isso houve o reenvio do e-mail; o outro foi contatado por telefone e respondeu que o e-mail poderia ser enviado que seria respondido, como não respondeu até o final de dezembro/2016, o e-mail foi reenviado em

⁴ O **Google Docs** é um serviço para Web, *Android* e *iOS* que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los com amigos e contatos profissionais. Com a possibilidade de trabalhar *off-line*, esta ferramenta pode salvar os arquivos tanto no drive online do **Google** quanto na memória do dispositivo.

março/2017, porém sem retorno. Contudo, percebeu-se que a maioria dos egressos entendem a dificuldade de se fazer pesquisa pela experiência vivenciada em suas referidas dissertações. A amostra garantiu a análise dos dados e a apresentação dos resultados que foram organizados e tabulados com a utilização da planilha eletrônica *Microsoft Office Excel*⁵, versão 2007, utilizado inclusive para a geração dos gráficos.

Diante do exposto cumpre recapitular que os resultados obtidos por meio desta pesquisa almejam contribuir para a avaliação, aperfeiçoamento e inovação do curso, quanto à qualidade da formação dos egressos, bem como verificar sua participação como instituição de transformação social. Pois, considera-se importante conhecer a realidade vivenciada pelos egressos e identificar como estão inseridos no mundo do trabalho, seja em empresas, na docência ou na pesquisa. E ainda, visualizar de que forma o curso contribuiu para sua vida, além de levantar questões que merecem atenção dos gestores para priorizar e destinar recursos para investimentos e evolução do curso

Posto isto, o presente trabalho foi apresentado com vistas a atender às normas padronizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial as NBR 6023/2002 e 14724/2011, sendo organizado em introdução, seguidos de cinco capítulos e das considerações finais. No primeiro e segundo capítulos são abordadas contextualizações teóricas, legislativas e históricas, da educação profissional no Brasil, especialmente dos Institutos Federais com destaque para o IFTM e *Campus Uberaba*, sob títulos **A Educação Profissional Brasileira e Evolução e Atuação da Educação Profissional**.

No terceiro capítulo é contemplada a diferenciação entre **Mestrado profissional e mestrado acadêmico**, buscando relacionar conceitos e entendimentos convergentes e divergentes na divisão destas categorias de ensino *Stricto Sensu*. No quarto capítulo apresenta a caracterização do **Programa de Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos** do IFTM.

No quinto capítulo traz a análise dos resultados obtidos pelos questionários respondidos pelos egressos e a partir dos levantamentos realizados, compreendendo as interpretações das informações apoiadas em tabelas e gráficos, buscando elucidar o resultados da coleta de dados, na tentativa de gerar contribuições e perspectivas para avanços quanto ao tema estudado.

⁵ *Microsoft Office Excel* é um aplicativo de planilha eletrônica da empresa Microsoft, com recursos que “incluem uma interface intuitiva e capacitadas ferramentas de cálculo e de construção de gráficos” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Microsoft_Excel).

Por fim, são apresentadas as considerações finais onde constam entendimentos derivados da pesquisa realizada e dos resultados encontrados, além de recomendações para estudos futuros.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

*A história é passageira, mas em cada fase não acaba; continua, não porém como
continuidade contínua, mas como eterno recomeço.*

*[...] Toda superação é também um recomeço. Não há solução final e definitiva,
como não há felicidade eterna, que já seria extensão da monotonia.*

O melhor é sempre mais passageiro!

(Pedro Demo)

Trajetória da Educação Profissional no Brasil: contexto legislativo histórico

A trajetória da educação profissional no Brasil confunde-se com a história do trabalho, desde os primórdios da colonização brasileira, como compreendida por Saviani (2007, p. 154) *apud* Tomé (2012) como “[...] o ato de agir sobre a natureza em função das necessidades humanas [...]”. Nesta linha de pensamento Tomé (2012, p. 2) diz que "a educação surge como necessidade direta à sobrevivência, pois é através dela que os conhecimentos adquiridos através da observação prática do ensino-aprendizagem são apropriados pelas novas gerações."

Estudos apresentados resumidamente no site do Ministério da Educação, publicados em virtude do "Centenário da Educação Profissional no Brasil", relatam que a trajetória da educação profissional no Brasil remonta dos anos de 1800 quando existiram experiências que adotaram um modelo de aprendizagem a partir dos ofícios manufatureiros. Àquela época, o ensino do ofício era direcionado apenas para a classe menos privilegiadas da sociedade, destinando ao “amparo” de crianças e jovens pobres que eram levados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (BRASIL, 2009c).

Em pesquisas realizadas por Aranha (2006, p.308), a autora relata que no período republicano o ensino profissional era pouco difundido, pois haviam poucas ações direcionadas a este nível de ensino. As poucas iniciativas existentes voltavam-se para justificativas ideológicas para preparação dos pobres para o trabalho, de forma a evitar a ociosidade e a desordem pública, sobretudo daqueles considerados "agitadores - referência aos anarco-sindicalistas" ou aquelas voltadas para o desenvolvimento industrial, de forma a situar o Brasil entre os países que buscavam o progresso.

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha, expediu o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, considerado como "marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil". Com esse decreto o governo federal criou dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, sendo uma em cada estado brasileiro da época, que ofereciam o ensino profissional primário e gratuito aos conhecidos como "desafortunados". Aranha (2006) relata que:

Devido ao prevailecimento dos interesses políticos, a dispersão das escolas não resultou da escolha dos locais mais adequados, uma vez que as indústrias estavam se concentrando no centro-sul, sobretudo em São Paulo. Além disso, na maioria delas eram ensinados ofícios artesanais - como marcenaria, alfaiataria e sapataria - e não os manufatureiros, requeridos pelo surto industrial que se iniciava. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo era uma das poucas escolas que procuravam atender às exigências da produção fabril, oferecendo ensino de tornearia de mecânica e de eletricidade (ARANHA, 2006, p. 308).

Para Romanelli (2007, p.153), "com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entravam numa espécie de hibernação". Tal afirmativa se deve à condição limitada do Estado quanto à educação, proclamada pela Constituição de 1937. O autor ainda destaca que o Estado não tinha mais o dever de promover a educação, além de ação limitada quanto ao seu desenvolvimento:

O artigo 129 é bem claro: "À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais". Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva (ROMANELLI, 2007, p. 153).

Em 1942, a educação profissional começa a ocupar um novo espaço, sendo sistematizada com a reforma educacional do ministro Capanema (ARANHA, 2006). Naquele ano, inicia-se a promulgação de Leis Orgânicas que começam a estruturar o ensino profissionalizante. As Leis Orgânicas foram decretadas gradativamente (ROMANELLI, 2007), sendo elas o Decreto-Lei n. 4.073/42, conhecido como a Lei Orgânica do Ensino Industrial; o Decreto-Lei n° 6.141/43 - Lei Orgânica Comercial; e o Decreto-Lei n. 9.613/1943 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola. De acordo com Romanelli (2007), o ensino técnico profissional, organizado por estes três Decretos-Lei, abraçou três áreas da economia, sendo subdivididos em dois ciclos: o fundamental, normalmente de 4 anos e o técnico com 3 ou 4 anos de duração. Romanelli (2007, p. 155) destaca o Decreto-Lei n. 4.073/1942⁶, como "aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional". Isto porque considera que neste momento o Governo Federal, admitindo sua impossibilidade de oferecer educação profissional com a formação que a indústria carecia à época, transcreve na legislação essa sua preocupação e ao mesmo tempo engaja as indústrias com a obrigação de colaborar com a educação da sociedade.

Art. 66. O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I. O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.

II. Os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional [...].

IV. As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinem, ou na sua proximidade [...].

XII. As escolas de aprendizagem darão cursos extraordinários, para trabalhadores que não estejam recebendo aprendizagem. Esses cursos, conquanto não incluídos

⁶ A autora destaca o artigo 67, no entanto, o Decreto-Lei n. 8.680/48 reenumerou o do Decreto-Lei n. 4.073/1942, passando o referido artigo a receber o número 66.

nas secções formadas pelos cursos de aprendizagem, versarão sobre os seus assuntos (BRASIL, 1942).

Em fase de expansão industrial, a indústria brasileira necessitava de mão-de-obra preparada e em 1942, o Governo Vargas criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI, organizado em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias, estabelecendo um ensino paralelo ao sistema oficial de ensino e dando início à organização das Escolas Técnicas Federais (ROMANELLI, 2007). Nos mesmos moldes do SENAI, após quatro anos, o Governo criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, a ser dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. Romanelli (2007), ressalta que as empresas industriais e comerciais tinham, obrigatoriamente, empregarem menores e matriculá-los nas escolas de aprendizagem SENAI ou SENAC, respectivamente.

Ainda em 1942, o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, fixou a organização da rede federal de estabelecimentos e ensino industrial, transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas (BRASIL, 1942). Embora com inspiração de ideologia liberal-democrática, a Constituição de 1946, estabelece direitos e garantias individuais inalienáveis a serem garantidas pelo Estado, dentre eles a previsão no orçamento público de recursos mínimos a serem destinados à educação, demonstrando uma inspiração nas doutrinas sociais do século XX (ROMANELLI, 2007):

Art 169 - Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1947).

Por outro lado, administrativamente, segundo Kuenzer (1991), havia a dualidade de sistemas paralelos no Ministério da Educação, onde, coexistiam as escolas públicas de aprendizes artífices e as escolas do sistema privado de formação profissional, com plena autonomia, porém mantidas pelas empresas privadas. Com o intuito de dar mais autonomia didática e administrativa às Escolas Industriais e Técnicas, em 1959, estas são transformadas em autarquias, mantendo a formação de técnicos como mão de obra necessária à industrialização do país.

Em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, que na visão de Kuenzer (1991), embora apresentasse um avanço no sistema educacional por incorporar "ao sistema regular os cursos técnicos de nível médio, estabelecendo a equivalência plena entre os cursos propedêuticos e os profissionalizantes", ela não chegou a modificar "o caráter seletivo e classista da escola, uma vez que a distribuição dos alunos pelos ramos continua a ser feita em conformidade com a sua origem de classe" (KUENZER, 1991, p. 8).

De 1964 a 1985, período militar, conhecidos também como "anos de chumbo", , foi introduzida a tendência tecnicista, tratando a educação como *capital humano*, na qual o investimento possibilitaria o crescimento econômico. Neste período, como os conflitos eram resolvidos por decreto-lei, a Lei n. 5.692/71 propôs a reforma do ensino fundamental e médio, sem discussão com a sociedade, ao contrário do que ocorrera com a LDB/61 (ARANHA, 2006).

Com a aprovação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, são fixadas as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, com uma proposta de reestruturação do ensino de forma a reduzir a demanda pelo ensino superior, cuja concepção foi esclarecida pela exposição de motivos do Ministro da Educação (KUENZER, 1991):

[...] também na educação a palavra de ordem terá de ser a racionalização dos investimentos, para que ela própria venha a constituir o investimento nobre, por excelência, sobre o qual há de assentar-se o processo de Desenvolvimento - Exposição de Motivos n. 273, de 30 de março de 1971 (BRASIL, 1971).

Com esta Lei, havia a pretensão de rompimento da dualidade propedêutico/profissionalizante, criando-se um sistema único de qualificação profissional aos estudantes habilitados pela escola, independentemente de sua classe de origem (KUENZER, 1991).

Na visão de Kuenzer (1991) a prática não acolheu a teoria:

[...] persiste a diversidade como a principal característica do ensino de 2º grau; continuam a existir vários tipos de escola de 2º grau, com distintos níveis de qualidade. As escolas que, antes da Lei n. 5.692/71, ministravam cursos profissionalizantes de qualidade, continuam a fazê-lo, basicamente, nas áreas de ensino técnico industrial, agropecuário, comercial e de formação de professores para as primeiras séries do 1º grau. As escolas que preparavam os filhos da burguesia e da pequena burguesia para o vestibular continuam a fazê-lo usando artifícios para esconder seu caráter propedêutico sob uma falsa proposta profissionalizante. Quanto às escolas públicas de 2º grau, de modo geral em face de suas precárias condições de funcionamento, não conseguiram desempenhar funções nem propedêuticas, nem profissionalizantes, caracterizando-se por uma progressiva perda de qualidade (KUENZER, 1991, p.10)

Diante da realidade, o Ministério da Educação viu-se obrigado a admitir a prática e com fins de viabilizar a coexistência de cursos técnicos e propedêuticos. Assim, foram emitidos o Parecer n. 15/72 e, posteriormente o Parecer n. 76/75, que possibilitaram a existência de dois tipos de habilitação, voltadas para a formação técnica: as plenas e as parciais. Estes pareceres, na visão de Oliveira (2003), "permitiram a coexistência de dois níveis de habilitação - técnico e auxiliar de técnico - se, por um lado, retratavam a realidade vivida, por outro, descaracterizavam os objetivos fundamentais da lei 5.692/71".

Apesar dessa concepção que integra educação e trabalho, o parecer inicia o processo de descompromisso da escola com a generalização da formação profissional,

enquanto propõe a educação profissionalizante como objetivo do 2º grau, em substituição à habilitação profissional. Assim, o 2º grau deixa de ter como função a preparação específica para ocupações definidas, em nível técnico ou auxiliar técnico, para comprometer-se com o "preparo básico para iniciação em uma área de atividade", que irá completar-se só após o ingresso no mercado de trabalho (KUENZER, 1991, p. 12).

Novos passos para mudanças no ensino profissional, visando atender à demanda de mão de obra técnica, ocorreram nos anos 1970. Foi em 1978, com a Lei n. 6.545/78 as três escolas técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro foram transformadas em CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica, com ampliação de sua atuação na educação tecnológica podendo ministrar ensino superior e de pós-graduação, mas os principais objetivos eram formar engenheiros de operação e tecnólogos. Em 1979, com o Decreto n. 83.935/79, os Colégios Agrícolas foram nomeados Escolas Agrotécnicas - EAF, seguido do nome da cidade onde estavam instalados, como Escola Agrotécnica Federal de Uberaba: EAF-Uberaba e Escola Agrotécnica de Uberlândia: EAF-Uberlândia.

A Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, trouxe instrumentos jurídicos que asseguravam, teoricamente, o direito à educação. Porém, como expõe Oliveira (2003), "o acesso, a permanência e sucesso escolar continuaram sendo uma promessa não cumprida". As Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas, com o advento da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, vão sendo transformadas gradativamente em CEFETS. Nem todas foram transformadas, somente aquelas que passaram por processo de avaliação de desempenho desenvolvido pelo MEC, dentre elas a EAF-Uberaba, que em 2002 é transformada em CEFET-Uberaba.

Em 1996, a Nova LDB é aprovada, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com destaque para seu Art. 21 que estabeleceu a organização da educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior, com uma proposição de integração do ensino médio e a educação profissional, na tentativa de assegurar ao cidadão uma formação mínima necessária à participação na vida social (ORTIGARA, 2014). Em análise à "nova LDB", Ortigara (2014) conclui que dessa forma a nova LDB concebeu "a educação básica como instrumento de formação integral do indivíduo e do ponto de vista conceitual, deveria proporcionar as condições de exercício da plena cidadania".

De acordo com Saviani (1998), após a aprovação da LDB/96, também denominada de "carta magna da educação", a regulamentação da educação profissional é apresentada pelo Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Neste sentido, a ementa do referido decreto apresenta o seu objetivo: "Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Art. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20

de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional". O teor completo e original dos artigos da LDB, publicado em 1997, é apresentado por Saviani (1998):

Art. 39 A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para vida produtiva.

Parágrafo único - O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalho em geral, jovem ou adulto contará como possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40 A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente do trabalho.

Art. 41 O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42 As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1997).

Quanto ao decreto regulamentador, Saviani (1998) destaca que os objetivos gerais da educação profissional são apresentados no primeiro artigo:

a) promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho; b) formar profissionais com escolaridade de nível médio, superior e de pós-graduação; c) promover os conhecimentos tecnológicos do trabalhador em nível de especialização, aperfeiçoamento e atualização; d) qualificar, profissionalizar e atualizar trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade (SAVIANI, 1998, p. 56).

O mesmo decreto transcreve, no segundo artigo, o art. 40 da LDB/91, acima transcrito, como reafirmação das formas de realização da educação profissional. Deixando definido no artigo terceiro os níveis a serem oferecidos no ensino profissional:

Art. 3. A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - Básico: destinado à qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

Analisado, por Saviani (1998) e outros especialistas em educação, o artigo quinto do decreto em questão, foi um retrocesso, pois, retoma a "dualidade de sistemas" ao organizar o currículo da educação profissional de forma independente do ensino médio e possibilitando a oferta concomitante ou sequencial a este.

Art 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este.

Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos (BRASIL, 1997).

Ainda no Decreto n. 2.208/97, o artigo dez trata do ensino superior a nível tecnológico:

Art. 10. Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializada, e conferirão diploma de Tecnólogo (BRASIL, 1997).

Em análise quanto ao discurso da tecnologia do Decreto nº 2.208/97, Frigotto (2010)⁷ diz que o decreto "induziu a maioria do Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) a um direcionamento que reduziu o tecnológico a um *upgrade* da formação técnico-profissional", reafirmando a condução da educação tecnológica voltada à natureza tecnicista e distanciando de uma "educação tecnológica como base ou fundamento científico das diferentes técnicas e de formação humana no campo social, político e cultural" (FRIGOTTO, 2010)

Em 2004, com a edição do Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, revoga-se o n. 2.208/97, permitindo a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Quanto à organização da graduação e pós-graduação na educação profissional, o decreto tratou a questão em seu art. 5º:

Art. 5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004).

Em 2005, novas ações começam a despontar para uma nova estrutura da rede federal de educação. Com a publicação da Lei n. 11.195/2005, começa a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando a construção de novas unidades de ensino no Brasil. Foi em 2005 que o CEFET-Paraná foi transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sendo a primeira universidade especializada em educação tecnológica no Brasil.

⁷ O autor Gaudêncio Frigotto é um dos colaboradores no livro Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo - desafios, tensões e possibilidades, organizado por Jaqueline Moll - Editora Artmed, 2010.

Tal transformação, conforme constata Lima Filho⁸ (2010), provocou um movimento dos demais CEFETs no sentido de pleitear o status de Universidade. A esses movimentos o MEC reagiu com a edição do Decreto n. 6.095, em 2007, criando parâmetros para criação do Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a transformação dos CEFETs. Nesta direção, o governo promoveu chamadas públicas para transformação dos CEFETs, escolas técnicas vinculadas e escolas Agrotécnicas, viabilizando a formação de novas instituições, seja por incorporação ou fusão, que seriam redefinidos pela Lei n. 11.892/2008.

Assim, a Lei n. 11.892/2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multi *Campi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Para Lima Filho (2010):

observa-se que a natureza da expansão e transformações em curso na educação profissional e tecnológica, tanto no ponto de vista quantitativo pela expansão das instituições e da oferta, quanto do ponto de vista qualitativo, pela "nova institucionalidade", diversidade de programas e modalidades ofertadas, apresenta elementos de continuidades e descontinuidades com a concepção histórica de constituição de modelos de educação profissional e tecnológica específicos, demandando a realização de estudos e pesquisas que tratem da investigação das reformas e políticas educacionais da educação profissional e tecnológica, da natureza e objetivos de suas instituições e de sua articulação, tanto com a educação superior quanto com a educação básica (LIMA FILHO, 2010, p. 143).

Conforme publicado no site do MEC, com a Lei n. 11.892/2008, houve a reorganização da estrutura da educação profissional/tecnológica, pois com a transformação, a rede foi constituída de 38 Institutos Federais, dois CEFETS (Minas Gerais e Rio de Janeiro) e uma Universidade Tecnológica Federal. Dentre os 38 IFs, inicialmente criados, destaca-se o IFTM - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, cujo curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, do *Campus* Uberaba, é o objeto de estudo desta pesquisa.

Ressalta-se que no decorrer da história, embora não atendendo a todos os anseios dos educadores, a legislação foi alterada, ajustando-se às políticas aplicadas em cada momento, não sendo possível neste estudo constar toda a legislação em vigor.

⁸ O autor Domingos Leite Lima Filho é um dos colaboradores no livro Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo - desafios, tensões e possibilidades, organizado por Jaqueline Moll - Editora Artmed, 2010.

EVOLUÇÃO E ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Apenas se constrói com solidez sobre o passado.
(T. S. Eliot)

De Centro de Treinamento a Instituto Federal

O cenário da educação profissional em Uberaba e região não pode ser conhecido sem o resgate da história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Oriundo do Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural, em 1953, implantado pelo Ministério da Agricultura, transformou-se em Escola de Magistério de Economia Rural doméstica "Licurgo Leite", adotando "o nome do deputado que conseguiu a primeira verba para seu funcionamento" (FERREIRA, 2014, p.318). Mais tarde, em 1971, tornou-se Colégio de Economia Doméstica Rural "Licurgo Leite" e em 1979, quando passou a ofertar o Curso Técnico em Agropecuária, o Decreto n. 83.935/79 alterou sua denominação para Escola Agrotécnica Federal de Uberaba. Em 2002, a então EAF-Uberaba, transforma-se em CEFET Uberaba - Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba (Decreto s/n, de 16/08/2002). Finalmente em 2008, "mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia" (BRASIL, 2008) transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.

A Lei n. 11.892/2008, reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelos CEFETS Minas Gerais e Rio de Janeiro, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, ficaram definidas as finalidades e características dos Institutos Federais:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se com centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica dos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Desta forma, a Lei que instituiu os Institutos Federais definiu que cabe a estas instituições ministrar cursos profissionais, realizar pesquisas aplicadas e promover atividades de extensão, contribuindo para o desenvolvimentos socioeconômico local, regional difundindo os conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008). Considerando o enfoque da pesquisa, destaca-se o art. 7º que possibilita a criação de cursos de pós-graduação:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

Dentre os novos Institutos Federais, a Lei n. 11.892/08 criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM. O IFTM é o resultado da incorporação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba - CEFET Uberaba com a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - EAF Uberlândia⁹, bem como das novas UNED - Unidades de Ensino Descentralizados ligadas ao CEFET-Uberaba, ficando assim constituído, pelos *Campi*: Uberaba (Unidades I e II do CEFET Uberaba); Uberlândia (EAF Uberlândia); Ituiutaba (Unidade Descentralizada de Ensino – UNED do CEFET Uberaba) e Paracatu (Unidade Descentralizada de Ensino – UNED do CEFET Uberaba). Tal integração tornou-se

⁹ Em 21 de outubro de 1957, foi criada a Escola Agrotécnica de Uberlândia, por meio do *Termo de Acordo* celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais. No mesmo ano, a celebração de um convênio possibilitou que o imóvel fosse repassado ao Ministério da Agricultura e, em 1959, houve o lançamento da pedra fundamental para a construção da Escola. Em 20 de novembro de 1962, foi assinado o *Termo de Renovação* do referido acordo por mais cinco exercícios. Por meio do Decreto nº. 53.558, de 13 de fevereiro de 1968, a Instituição passou a ser designada Colégio Agrícola de Uberlândia e em 04 de agosto de 1969 deu-se a sua abertura oficial, com a admissão da primeira turma de alunos do Curso Técnico Agrícola. O nome atual, Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, foi dado pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. Em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731, foi transformada em Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto (Relatório de Gestão 2015- publicado em 2016), (BRASIL, 2016).

possível quando o MEC lançou a execução da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com a realização da Chamada Pública MEC/SETEC n. 1/2007. Com isso, em 2007, foi autorizada a criação das Unidades de Ensino Descentralizadas - UNED de Ituiutaba e Paracatu. Naquele mesmo ano, ainda no processo de criação dos Institutos Federais, o CEFET Uberaba e a EAF Uberlândia participaram da Chamada Pública MEC/SETEC n. 2/2007, apresentando seu projeto de criação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, que foi aprovado em 29 de dezembro de 2008, conforme Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008).

Com a finalidade de organizar os Institutos Federais, o MEC expediu a Portaria n. 4, de 6 de janeiro de 2009, do Ministério da Educação, com a constituição do IFTM, sendo o mesmo composto pelos *Campi* Uberaba, Ituiutaba, Paracatu e Uberlândia (BRASIL, 2009a). Ainda no processo de formação do IFTM, em 2010, foram autorizados o funcionamento do *Campus* Avançado Patrocínio e o *Campus* Avançado Uberlândia, determinado pela Portaria/MEC n. 1.366, de 6 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010a). Posteriormente, em 2013, os *Campi* avançados receberam a denominação de *Campus* Patrocínio e *Campus* Uberlândia Centro e a inclusão do *Campus* Patos de Minas, conforme consta na a Portaria/MEC n. 331, de 23 de abril de 2013 (BRASIL, 2013b). Ainda na fase de expansão do IFTM, a Portaria/MEC n. 505, de 10 de junho de 2014 (BRASIL, 2014c), autorizou o funcionamento do *Campus* Avançado *Campina* Verde e a Portaria/MEC n. 27, de 21 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015a), autorizou o funcionamento do *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico. Com isso, a estrutura organizacional do IFTM, em 2016, fica constituída pelas unidades: 1. *Campus* Uberaba; 2. *Campus* Ituiutaba; 3 *Campus* Paracatu; 4. *Campus* Uberlândia; 5. *Campus* Patrocínio; 6. *Campus* Uberlândia Centro; 7 *Campus* Patos de Minas; 8. *Campus* Avançado *Campina* Verde; 9. *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico; e 10. Reitoria. Assim constituído o IFTM mantém sua Reitoria na cidade de Uberaba, e seus *Campi* abrangem geograficamente as mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste do estado de Minas Gerais.

Na busca de seus objetivos de expansão, democratização e interiorização, o IFTM oferta educação profissional e tecnológica nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Noroeste de Minas, alcançando 82 municípios mineiros. Neste cenário, o IFTM explicita seu compromisso político educacional definida na sua missão que é a de “ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática” (PDI-IFTM, 2013a).

Atuação Acadêmica do IFTM

Para alcançar os objetivos institucionais, o IFTM, oferta cursos nas modalidades de ensino presencial e a distância sendo da Educação Básica – cursos técnicos de nível médio (concomitante e integrado) e educação de jovens e adultos, cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) e cursos de pós-graduação de nível *Lato Sensu*¹⁰ e *Stricto Sensu*,¹¹ além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ministrados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -PRONATEC. Atuando de forma a contribuir com a verticalização do ensino, o IFTM coloca à disposição de seu público demandante desde a formação no ensino técnico de nível médio à pós-graduação *Stricto Sensu*, além de promover a pesquisa aplicada, a inovação e extensão tecnológica. Assim, o IFTM oferece uma educação “[...] voltada para os setores e arranjos produtivos (agricultura, pecuária, mineração, indústria, comércio e serviços em geral, etc.), tendo como pilares as concepções interligadas de ciência, trabalho, cultura e tecnologia”(BRASIL, 2016).

No **Quadro 1** são apresentados os cursos presenciais ministrados pelos *Campi* do IFTM, com destaque na oferta predominante de cursos técnicos de nível médio, seguido pelos cursos de tecnologia (BRASIL, 2016).

Quadro 1 - Cursos Presenciais - Técnicos e Superiores ofertados pelo IFTM

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO		
Nome do Curso	Campus	Local/Polo
Técnico em Agropecuária (Concomitante)	Campina Verde	Campina Verde
Técnico em Informática (Concomitante)	Campina Verde	Campina Verde
Técnico em Informática (Integrado)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Agroindústria (Integrado)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Eletrotécnica (Integrado)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Química (Integrado)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Agricultura (Integrado)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Agroindústria (Concomitante)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Eletrotécnica (Concomitante)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Administração (Concomitante)	Ituiutaba	Ituiutaba
Técnico em Eletrotécnica (Integrado)	Patos de Minas	Patos de Minas
Técnico em Logística (Integrado)	Patos de Minas	Patos de Minas
Técnico em Eletrotécnica (Concomitante)	Patos de Minas	Patos de Minas
Técnico em Logística (Concomitante)	Patos de Minas	Patos de Minas
Técnico em Mineração (Concomitante)	Patos de Minas	Patos de Minas
Técnico em Administração (Integrado)	Patrocínio	Patrocínio
Técnico em Eletrônica (Integrado)	Patrocínio	Patrocínio
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado)	Patrocínio	Patrocínio
Técnico em Contabilidade (Concomitante)	Patrocínio	Patrocínio
Técnico em Contabilidade (Concomitante)	Patrocínio	Ibiá

¹⁰ *Lato Sensu*, expressão uma expressão em latim que significa, literalmente, "em sentido amplo", em contraposição ao *stricto sensu*, "sentido estrito".

¹¹ *Stricto Sensu* é uma expressão em latim que significa "em sentido estrito". É utilizada para referir que determinada interpretação deve ser compreendida no seu sentido estrito.

Técnico em Eletrônica (Integrado)	Paracatu	Paracatu
Técnico em Informática (Integrado)	Paracatu	Paracatu
Técnico em Administração (Integrado)	Paracatu	Paracatu
Técnico em Administração (Concomitante)	Paracatu	Paracatu
Técnico em Eletrônica (Concomitante)	Paracatu	Paracatu
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Concomitante)	Paracatu	Paracatu
Técnico em Administração (Integrado)	Uberaba	Uberaba
Técnico em Administração (concomitante)	Uberaba	Uberaba
Técnico em Agropecuária (Integrado)	Uberaba	Uberaba
Técnico em Agropecuária(Concomitante)	Uberaba	Uberaba
Técnico em Química (Concomitante)	Uberaba	Uberaba
Técnico em Manutenção e Suporte à Informática (Integrado)	Uberaba Parque Tecnológico	Uberaba
Técnico em Agropecuária (Integrado)	Uberlândia	Uberlândia
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Integrado)	Uberlândia	Uberlândia
Técnico em Meio Ambiente \ (Integrado)	Uberlândia	Uberlândia
Técnico em Alimentos (Integrado)	Uberlândia	Uberlândia
Técnico Agropecuária (Concomitante)	Uberlândia	Uberlândia
Técnico em Administração (Integrado)	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
Técnico em Computação Gráfica (Concomitante)	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
Técnico em Redes de Computadores (Concomitante)	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
PROEJA		
PROEJA - Qualificação Profissional em Auxiliar Administrativo (Integrado)	Uberlândia	Uberlândia
SUPERIOR – BACHARELADO (Graduação)		
Nome do Curso	Campus	Local/Polo
Bacharelado em Ciência da Computação	Ituiutaba	Ituiutaba
Bacharelado em Zootecnia	Uberaba	Uberaba
Bacharelado em Engenharia Agrônoma	Uberaba	Uberaba
Bacharelado em Engenharia de Computação	Uberaba Parque Tecnológico	Uberaba
Bacharelado em Engenharia Agrônoma	Uberlândia	Uberlândia
SUPERIOR – LICENCIATURA (Graduação)		
Nome do Curso	Campus	Local/Polo
Licenciatura em Ciências Biológicas	Uberaba	Uberaba
Licenciatura em Química	Uberaba	Uberaba
Licenciatura em Computação	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
SUPERIOR – TECNÓLOGO (Graduação)		
Nome do Curso	Campus	Local/Polo
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Ituiutaba	Ituiutaba
Tecnologia em Processos Químicos	Ituiutaba	Ituiutaba
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Paracatu	Paracatu
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Patrocínio	Patrocínio
Tecnologia em Gestão Comercial	Patrocínio	Patrocínio
Tecnologia em Alimentos	Uberaba	Uberaba
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Uberaba Parque Tecnológico	Uberaba
Tecnologia em Alimentos	Uberlândia	Uberlândia
Tecnologia em Sistemas para Internet	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
Tecnologia em Logística	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
Tecnologia em Marketing	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro

Fonte: Relatório de Gestão/2015 do IFTM - adaptado pelo pesquisador

Há também a oferta cursos superiores, na modalidade de Educação a Distância (EaD), estão vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil -UAB e cursos técnicos, por meio da Rede e-TEC Brasil¹². Os polos de ensino da EaD do IFTM estão localizados em municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; Noroeste e Norte de Minas (BRASIL, 2016). A relação nominal dos cursos e localização do polo são apresentadas no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Cursos à Distância ofertados pelo IFTM

CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO	
Nome do Curso	Local/Polo
Técnico em Administração	Buritit
	Campina Verde
	Carmo do Paranaíba
	João Pinheiro
	Patrocínio
	Sacramento
	Tapira
	Uberlândia
Técnico em Automação Industrial	Patrocínio
	Uberaba
Técnico em Edificações	Uberaba
Técnico em Eletroeletrônica	Patrocínio
	Uberaba
Técnico em Informática para Internet	Araguari
	Buritit
	Carmo do Paranaíba
	João Pinheiro
	Uberaba
	Presidente Olegário
Técnico em Segurança do Trabalho	Araguari
	Buritit
	Carmo do Paranaíba
	Conceição das Alagoas
	João Pinheiro
	Paracatu
	Sacramento
	Uberaba
	Uberlândia
Técnico em Serviços Públicos	Araguari
	Buritit
	Carmo do Paranaíba

¹² Lançado em 2007, o sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos serão ministrados por instituições públicas.

	João Pinheiro
	Paracatu
	Sacramento
	Tapira
	Uberaba
SUPERIOR – LICENCIATURA (Graduação)	
Licenciatura em Computação	Uberaba
Licenciatura em Letras	Uberaba
Licenciatura em Matemática	Uberaba

Fonte: Relatório de Gestão/2015 do IFTM - adaptado pelo pesquisador

No **Quadro 3** estão relacionados os cursos de pós-graduação classificados nos níveis *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, ministrados pelos *Campi* do IFTM (BRASIL, 2016).

Quadro 3 - Cursos de Pós-graduação: *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* ofertados pelo IFTM

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU		
Nome do Curso	<i>Campus</i>	Local/Polo
Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Uberaba	Uberaba
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica	Uberaba	Uberaba
Mestrado Profissional em Produção Vegetal	Uberaba	Uberaba
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU		
Nome do Curso	<i>Campus</i>	Local/Polo
Especialização em Desenvolvimento de Sistemas para Web e Dispositivos Móveis	Ituiutaba	Ituiutaba
Especialização em Ciências Ambientais	Ituiutaba	Ituiutaba
Especialização em Gestão Ambiental: Diagnóstico e Adequação Ambiental	Uberaba	Uberaba
Especialização em Saneamento Ambiental	Uberaba	Uberaba
Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Aplicada à Gestão de Projetos de Aprendizagem	Uberaba	Uberaba
Especialização em Tecnologia, Linguagem e Mídias em Educação	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro
Especialização em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Aplicados à Gestão Empresarial	Uberlândia Centro	Uberlândia Centro

Fonte: Relatório de Gestão/2015 do IFTM - adaptado pelo pesquisador

De acordo com o disposto no art. 7º da Lei n. 11.892/2008, os IFs, conseguem ampliar a dimensão da oferta do ensino, pois podem acrescentar novos cursos com nível de pós-graduação, pois a Lei define como um dos objetivos dos Institutos Federais ministrar em nível de educação superior os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado, a fim de contribuir para "promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica" (BRASIL, 2008).

Neste sentido, o fato de tornar-se Instituto contribuiu para que programas de pós-graduação, principalmente os mestrados profissionais, fossem autorizados e reconhecidos pela CAPES. Dentre eles, o curso objeto desta pesquisa, curso *Stricto Sensu* de Mestrado

Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, cujo programa foi reconhecido pela CAPES conforme Portaria MEC n. 1.325, de 21 de setembro de 2011(BRASIL, 2011a).

MESTRADO PROFISSIONAL E MESTRADO ACADÊMICO

*"Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra".
(Anísio Teixeira).*

Para compreensão e distinção quanto ao núcleo das nomenclaturas utilizadas para os diversos cursos de Mestrado no Brasil, é importante esclarecer que o sistema de graus acadêmicos se desenvolveu a partir da universidade medieval europeia e posteriormente foram adotados pela maioria das Instituições Educativas no mundo. Com o propósito de apontar a direção para a oferta de cursos de pós-graduação no Brasil, o Parecer CESU n. 977 aprovado em 3/12/1965, cujo relator foi o professor Newton Sucupira¹³, organizou o sistema de pós-graduação brasileiro, considerado o marco conceitual e regulatório da pós-graduação brasileira. Neste sistema, os cursos de mestrado e doutorado integram o conjunto da universidade, como elementos fundamentais para continuidade dos objetivos universitários, na pesquisa científica e nas necessidades de treinamento avançado objetivando o aprofundamento do saber que permita ao estudante "alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação" (BRASIL, 1965). A pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil é subdivida em categorias de Mestrado e Doutorado e, dentro a categoria de Mestrado, tem-se o Mestrado Profissional e o Mestrado Acadêmico, cujos conceitos definidos pela CAPES¹⁴ contribuem para a compreensão das nomenclaturas. Neste sentido, o então conhecido "Parecer Sucupira" estabelece que:

[...] a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária. (BRASIL, 1965)

De acordo com o referido Parecer, os cursos de pós-graduação são classificados em duas vertentes: *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Os programas de especialização com cursos de nível *Lato Sensu* buscam o treinamento de algum ramo profissional ou científico para formação de um profissional especialista. Enquanto que a pós-graduação de cursos de mestrados e doutorados são classificados em nível *Stricto Sensu* e, apresentam como características fundamentais a natureza acadêmica e de pesquisa, a conferência de um grau acadêmico e "finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário" (BRASIL, 1965):

Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação **sensu stricto**: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (BRASIL, 1965)

¹³ Newton Sucupira, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é considerado o patrono da Pós-Graduação no País.

¹⁴CAPES: Fundação do Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) em todos os Estados da Federação.

No tocante à organização do Mestrado de nível *Stricto Sensu*, destaca-se alguns delineamentos elencados pelo Parecer Sucupira (BRASIL, 1965) que, mesmo após alterações na Legislação, são alguns dos critérios norteadores para aprovação dos cursos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES:

- 1) A pós-graduação de que trata a alínea b do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases é constituída pelo ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação e que visam a desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e conduzem à obtenção de grau acadêmico.
- 2) A pós-graduação compreenderá dois níveis de formação: Mestrado e Doutorado. Embora hierarquizados, o mestrado não constitui condição indispensável à inscrição no curso de doutorado.
- 3) O mestrado pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor ou como grau terminal. [...]
- 6) Os cursos de mestrado e doutorado devem ter a duração mínima de um e dois anos respectivamente. Além do preparo da dissertação ou tese, o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, submeter-se a exames parciais e gerais, e provas que verifiquem a capacidade de leitura em línguas estrangeiras. Pelo menos uma para o mestrado e duas para o doutorado[...]
- 9) Do candidato ao Mestrado exige-se dissertação, sobre a qual será examinado, em que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização[...] (BRASIL, 1965)

A edição da Portaria MEC/CAPES n. 80/1998 (BRASIL, 1998) proporcionou a subdivisão dos mestrados em Acadêmico e Profissional. Em seu artigo 2º, a Portaria imprime as diferenças a serem observadas para caracterização de "profissionalizante" a ser imputada à pós-graduação:

Art. 2º - Será enquadrado como "Mestrado Profissionalizante" o curso que atenda aos seguintes requisitos e condições:

- a) estrutura curricular clara e consistentemente vinculada a sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, em termos coerentes com seus objetivos e compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano;
- b) quadro docente integrado predominantemente por doutores, com produção intelectual divulgada em veículos reconhecidos e de ampla circulação em sua área de conhecimento, podendo uma parcela desse quadro ser constituída de profissionais de qualificação e experiência inquestionáveis em campo pertinente ao da proposta do curso;
- c) condições de trabalho e carga horária docentes compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial;
- d) exigência de apresentação de trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo, (sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele (BRASIL, 1998).

Essa regulamentação trouxe inquietação ao meio acadêmico, pois conforme expõe Barata¹⁵ (2006), os docentes de pós-graduação se dividiram entre aqueles que suspeitavam que tal divisão trouxesse uma caracterização de especialização ao mestrado e os demais que entendiam como uma ação para dar novos rumos à pós-graduação visando a atividade profissional além da pesquisa.

Para Fischer (2003), desde as primeiras regulamentações da Capes, o mestrado profissional foi idealizado com uma natureza qualitativamente diferente em relação ao mestrado acadêmico, não se tratando, portanto de apenas uma variante do mestrado acadêmico. Neste sentido Fischer (2003) apresenta conceito da Capes para mestrado acadêmico como a pós-graduação:

[...] cujo propósito é formar pesquisadores, consubstancia-se na oferta do doutorado. Nessa vertente, cabe ao mestrado o papel de curso propedêutico, justificável nos casos em que essa etapa preparatória se revela necessária, face ao estágio de desenvolvimento da área de conhecimento no País ou em determinada região geográfica, ou para a superação de deficiências observadas na formação anterior dos alunos; (FISCHER, 2013, p. 120)

Por outro lado, o mesmo autor apresenta o mestrado profissional conceituado pela CAPES como a pós-graduação:

[...] cujo objetivo é a formação de profissionais capacitados para o desempenho de funções outras que não a pesquisa acadêmica, mediante a oferta de cursos voltados para a aplicação, em um campo profissional definido, de conhecimentos e métodos científicos atualizados. O mestrado, neste caso, tem o caráter de curso terminal para a obtenção da habilitação pretendida (FISCHER, 2013, p. 120).

Para Barata (2006), a modalidade de pós-graduação *Stricto Sensu* mestrado profissional pode ser o caminho mais curto para aproximar a produção científica do desenvolvimento de tecnologias e inovação. A pesquisadora destaca que a visão de inovação realizada pela pesquisa básica, onde o acúmulo de novos conhecimentos geraria nova invenções e avanço dos produtos e processos tecnológicos, é repensado claramente na década de 1990 a 2000, quando esta visão é substituída "por modelos interativos em que predominam as noções de rede, comunicação, expectativas"(CONDE; ARAÚJO JORGE, 2003¹⁶ *apud* BARATA, 2006, p. 272). Na mesma linha de raciocínio, a criação do mestrado

¹⁵ BARATA, Rita Barradas, Avanços e Desafios do Mestrado Profissionalizante, constante da coletânea organizada por LEAL, MC., and FREITAS, CM., orgs. Cenários possíveis: experiências e desabafos do mestrado profissional na saúde coletiva [on line].2006

¹⁶ CONDE, M. F. V & ARAUJO-JORGE, T. C. Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções dos gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 2003

profissionalizante é entendida por Teixeira¹⁷ (2006, p. 41) "como o resultado de uma busca pelo estabelecimento de um *quantum* de aproximação e distanciamento que permita a maximização das vantagens e a minimização das desvantagens presentes nos dois modelos."

Observa-se, assim, que a preocupação do Mestrado Profissional com a informação técnica aplicada é muito relevante, no entanto, não perde de vista o caráter conceitual, mas visa aplicar a teoria à prática, mantendo o foco no rigor científico.

Na vertente da avaliação dos mestrados, sob a ótica apresentada por Ribeiro (2005), a Capes, quando avalia o Mestrado Profissional - MP, deve considerar os resultados específicos gerados pelas pesquisas ao longo dos cursos, as quais, preferencialmente, "devem constituir casos de aplicação de conhecimento científico ao ambiente profissional para o qual se volta o MP" (RIBEIRO, 2005, p. 15). O autor considera importante a produção docente voltada ao ambiente profissional das áreas de atuação do Mestrado Profissional, além da manutenção de dados atualizados sobre os egressos demonstrando o valor que a pós-graduação proporcionou aos mesmos, delineando, assim, o cenário de atuação e qualidade do curso:

[...] seria muito bom dispormos de dados constantemente atualizados sobre o destino do egresso, e uma apreciação do valor a ele agregado, após um tempo razoável de sua conclusão do curso (de preferência, dois anos). Na verdade, se esse dado pudesse ser convenientemente monitorado, ele captaria o cerne da qualidade do MP. Um MP que tenha acrescentado a capacidade de seu titulado a interferir positivamente no ambiente profissional será um sucesso (RIBEIRO, 2005, p. 15)

Embora regulamentado pela Portaria MEC CAPES 80/1998 (BRASIL, 1998), foi em 2009, com a edição da Portaria Normativa n. 17/2009, de 28 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009b), que o mestrado profissional recebeu critérios de acompanhamento e avaliação necessários para que a Capes atue na recomendação e manutenção dos programas de mestrado profissional. Em seu art. 4º, a Portaria Normativa n. 17/2009 (BRASIL, 2009b) define o mestrado profissional como modalidade de pós-graduação *Stricto Sensu* que capacita para a "prática profissional avançada e transformadora de procedimentos [...] habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação". Ainda destacam, em seu art. 4º, quais são os objetivos principais do mestrado profissional:

- I - Capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

¹⁷ TEIXEIRA, Carmem, Significado estratégico do mestrado profissionalizante na consolidação do campo da saúde coletiva, constante da coletânea organizada por LEAL, MC., and FREITAS, CM., orgs. Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva [on line].2006

III - Promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados;

IV - Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2009b).

Com base na Portaria Normativa n. 17/2009 (BRASIL, 2009b) a Capes analisa a criação de novos cursos, acompanha e avalia os cursos ofertados a título de mestrado profissional. O acompanhamento é periódico, sendo a avaliação realizada quadrienalmente¹⁸, como forma de análise quanto à manutenção do curso. Tanto para criação de novo curso, como para avaliação, a Capes determina graus de qualificação que conceituam os programas numa escala entre 1 a 7. Cursos de Mestrado Profissional que sejam qualificados com conceitos menores que 3 são reprovados e ou fechados, considerando que apenas aqueles reconhecidos pelo Conselho Nacional de Ensino do MEC, estão autorizados a expedir diplomas válidos no território nacional. A Capes avalia com nota 3 os programas que atendem a um padrão mínimo de qualidade e, portanto, apresentam um desempenho regular; aqueles que recebem nota 4 e 5 são classificados por um melhor desempenho. Apenas os programas constituídos de cursos de mestrado e doutorado podem ser avaliados com notas 6 e 7 indicando um desempenho com alto padrão.

Nesta linha de avaliação, para a Capes, aqueles que recebem classificações 4 e 5 são reconhecidos como cursos de excelência nacional e os que são avaliados com 6 e 7 estão no patamar de programas com nível internacional, sendo necessário que a instituição ofereça concomitantemente o curso de doutorado. No portal da Capes, acessando a Plataforma Sucupira¹⁹, é possível acompanhar os programas de mestrados profissionais que foram aprovados e reconhecidos, bem como suas respectivas notas de qualificação. Contudo, para Barata (2006), quanto aos processos avaliativos da Capes, não há critérios direcionados especificamente às particularidades dos programas de mestrado profissional, sendo estes avaliados nos mesmos padrões estabelecidos para julgamentos dos mestrados acadêmicos.

¹⁸ Embora na Portaria MEC N. 17/2009 conste avaliação trienal, a CAPES divulgou no seu site, em 16/12/2014, que o "Conselho Superior da CAPES, em sua 68ª reunião, realizada no dia 11 de dezembro, decidiu que a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a partir da próxima edição, passa a ser quadrienal. A decisão do colegiado foi tomada considerando a proposta apresentada pela Diretoria de Avaliação (DAV), acordada com a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e com Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP). A primeira avaliação quadrienal está prevista para ser realizada em março de 2017, versando sobre dados e informações dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016."

¹⁹ Plataforma Sucupira: ferramenta desenvolvida pela CAPES para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. (Fonte: Portal CAPES)

Essa necessidade de revisão de critérios, indicada por Barata (2006) também foi ressaltada por Teixeira (2006) quando expõe que a Capes aplica os mesmos critérios, tanto aos programas de pós-graduação profissionalizantes quanto aos acadêmicos, relatando que:

A implantação dos mestrados profissionais coloca o desafio de rever os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação, agregando elementos que possam captar a sua especificidade e a sua contribuição ao avanço do conhecimento, ao desenvolvimento tecnológico na área e, principalmente, a repercussão que o processo de qualificação de dirigentes e técnicos de alto nível no âmbito das organizações (TEIXEIRA, 2006, p. 44).

Na **Tabela 1** são apresentados os totais de cursos recomendados e reconhecidos, com base na avaliação realizada pela Capes até 2014:

Tabela 1 - Quantitativos de Cursos de Mestrado Recomendados e Reconhecidos pela CAPES

Nota	Total	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional
<u>3</u>	1896	1302	548
<u>4</u>	2462	1143	165
<u>5</u>	1189	579	32
<u>6</u>	535	265	0
<u>7</u>	290	145	0
Totais	6372	3434	745

Fonte: Plataforma Sucupira - 2014

Após a realização dos procedimentos avaliativos, os resultados apurados pelas comissões são apreciados pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior - CTC-ES, da Capes e ao Conselho Nacional de Educação - CNE, para que sejam homologados e encaminhados para reconhecimento por ato do Ministro da Educação - obrigatoriamente publicado no Diário Oficial da União - DOU (CAPES, 2016).

Todavia, embora com critérios de avaliação semelhantes, um dos grandes diferenciais do Mestrado Acadêmico em relação ao Mestrado Profissional está principalmente no resultado a ser alcançado. Enquanto o Mestrado Acadêmico objetiva a realização de pesquisas científicas, muitas vezes desenvolvidas por mestrados que pretendem prosseguir na carreira acadêmica, o Mestrado Profissional objetiva a alta qualificação em demandas específicas do mercado de trabalho, porém, com um objetivo de reconstrução do modelo de ensino e com caráter inovador, bem como, projetos de intervenção. Analisado por Ribeiro (2005), o resultado almejado pelo Mestrado Profissional é diferente do objetivo pretendido pelo Mestrado Acadêmico. Para o autor, o Mestrado Acadêmico imerge em uma pesquisa a longo prazo formando um pesquisador e o Mestrado Profissional imerge na pesquisa visando formar um profissional pesquisador com o intuito de "formar alguém que, no mundo profissional

externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social" (RIBEIRO, 2005 - p.15).

Assim, de acordo com a Portaria MEC n. 17/2009 tem-se que o trabalho de conclusão final do mestrado profissional poderá:

[...] ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (BRASIL, 1999).

Observa-se que no Regulamento do Programa de Mestrado em Ciências e Tecnologia de Alimentos, aprovado pela Resolução CONSUP/IFTM n. 11/2017, está previsto que os trabalhos de conclusão de curso devem ser apresentados em forma de dissertação e seguindo o Regulamento da redação da Dissertação, também aprovado pela Resolução CONSUP/IFTM n. 22/2017.

Os estudos desenvolvidos por Barata (2006) revelaram que os programas de mestrados oferecidos no Brasil se assemelham com aqueles ministrados em outros países, tais como organização modular, a articulação entre academia e setores não acadêmicos, recepção de alunos com características multiprofissional, apresentam objetivos de inserção no mundo do trabalho e principalmente na formação de profissionais capazes de solucionar problemas práticos. Entre as diferenciações encontradas está a variação de carga horária, que no Brasil tem duração entre 800 a 1.400 horas e em alguns países a carga horária é menor que 800 horas. A pesquisadora também relata que os programas norte-americanos e canadenses oferecem treinamento em técnicas quantitativas não identificadas nos programas europeus, onde predomina o enfoque qualitativo. O estudo também apresentou que as abordagens qualitativas e quantitativas são mais evidenciadas nos programas *Stricto Sensu* brasileiros.

Por ser um curso recente, o programa de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, do IFTM, ainda não foi avaliado pela CAPES, sendo que há uma programação para avaliação em julho/agosto de 2017. Entretanto, a nível de Instituição de Ensino Superior - IES, existem outros indicadores de qualidade que são utilizados pelo MEC para fins de avaliação geral das instituições. Um desses índices é o IGC - Índice Geral de

Cursos Avaliados da Instituição, cujo resultado referente a 2015 foi divulgado em março de 2017. Para calcular o ICG, o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, considera a média dos CPC²⁰ (Conceito Preliminar de Curso) apurados pela avaliação trienal da instituição, ponderando com o número de matrículas, e, ainda, utilizando a média dos conceitos da Capes resultantes da avaliação trienal dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, também ponderado pelo número de matrículas. Os conceitos estabelecidos pela Portaria Normativa MEC n. 40/2007, atribuídos às IES relativos ao ICG, são expressos em uma escala discreta crescente de 1 a 5, sendo que os níveis iguais ou superiores a 3 indicam que a IES possui qualidade satisfatória. De acordo com o INEP (BRASIL, 2017a), para as avaliações realizadas em 2015, o conceito 1 foi obtido por 0,4% das IES; conceito 2 para 4%; conceito 3 para 67%; conceito 4 para 16,6% e conceito 5 para apenas 1,1% das IES. O IFTM obteve o conceito 4 no cálculo do ICG 2015, divulgado no dia 8 de março de 2017.

Quanto à validade/direitos dos diplomados em mestrados, o Parecer CNE/CES n. 79/02, esclarece que, tanto o mestrado profissionalizante quanto o acadêmico, outorga os mesmos direitos, sendo desejável constar no diploma a indicação da área profissional de atuação do mestre, haja vista que os mestrados possuem estruturas diferentes e tal informação torna-se relevante.

20 O Conceito Preliminar de Curso - CPC- é um indicador de qualidade que agrega diferentes variáveis: resultados da avaliação de desempenho de estudantes, ou seja, o Conceito ENADE; titulação e regime de trabalho do corpo docente; percepções dos estudantes sobre a organização didático-pedagógica, infraestrutura e as oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional. O indicador é calculado somente para cursos com, no mínimo, dois concluintes participantes no ENADE (BRASIL, 2017a).

MESTRADO PROFISSIONAL NO IFTM

*Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua
própria produção ou construção.
(Paulo Freire)*

O Curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM

Como forma de organizar a oferta de cursos de mestrados profissionais, a Capes, regularmente, abre editais de chamadas públicas para apresentação de novas propostas. Neste sentido, em 2010, foi divulgado o Edital CAPES/DAV n. 05/2010, objetivando:

Estimular e induzir a apresentação de propostas de **Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*** na modalidade de mestrado profissional visando formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento sócio-econômico, científico-tecnológico e cultural do país" (BRASIL, 2010b).

Nesta oportunidade, o Instituto Federal do Triângulo Mineiro apresentou o projeto aprovado pelo Conselho Superior do IFTM, conforme Resolução CONSUP/IFTM n. 33/2010, com a proposta de criação do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos (**Quadro 4**). Após análise da CAPES, consubstanciada pelo Parecer CNE/CES 162/2011, o curso foi reconhecido pela CAPES, conforme Portaria MEC N. 1325, de 21 de setembro de 2011, sendo avaliado e recebendo nota 3:

Quadro 4 - Proposta de criação do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Programa	Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos
Curso	Mestrado Profissional
Área de Concentração	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Duração	24 meses
Início	Agosto/2011
Término	Agosto /2013
Número de Alunos	8

Fonte: Resolução CONSUP/IFTM n. 33/2010

Embora recentemente criado, o programa do IFTM está entre os oito cursos reconhecidos e recomendados pela Capes na área de conhecimento de Ciências de Alimentos (a **Tabela 2**).

Tabela 2 - Cursos Recomendados e Reconhecidos CAPES - Área de conhecimento: **Ciências de Alimentos**

	Programas de pós-graduação	Cursos de pós-graduação
Mestrado Acadêmico	18	50
Mestrado Profissional	8	8
Doutorado	0	32
Mestrado Acadêmico e Doutorado	32	0
TOTAL	58	90

Fonte: Plataforma Sucupira 2014

Após a aprovação pela CAPES, o Projeto Pedagógico do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos foi aprovado pelo Conselho Superior do IFTM, conforme Resolução CONFUP/IFTM n.129/2011, de 19 de dezembro de 2011, com abertura inicial de oito vagas. Conforme apresentado no referido PPC, o Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos tem como objetivo geral “[...]formar profissionais com base científica e tecnológica, com capacidade para utilizar a pesquisa de modo a agregar valor às suas atividades profissionais.” (BRASIL, 2011c) e como objetivos específicos:

- I - Aprofundar os conhecimentos científicos adquiridos na graduação e na vida profissional;
- II -Desenvolver capacidades criadoras e técnico-profissionais em Ciência e Tecnologia de Alimentos;
- III- Qualificar profissionais de alto nível com diferencial técnico-científico para o mundo do trabalho, capazes de desenvolver o setor produtivo e de serviços com base nas inovações científicas e conhecimentos atuais;
- IV - Desenvolver competências que contribuam para maior eficiência/eficácia do profissional no mundo do trabalho (BRASIL, 2011c).

Visando iniciar os cursos com apoio estrutural, o IFTM firmou parcerias com a Universidade Federal de Lavras, na modalidade de associação temporária, por meio do Departamento de Ciência dos Alimentos (Programa de Pós-graduação em Ciência dos Alimentos), cujo acordo de cooperação técnica propôs as seguintes linhas de ação:

- I - Integração das comunidades universitárias, através dos profissionais pertencentes nos quadros de pessoal dos signatários convenentes;
- II - Utilização de equipamentos pertencentes aos signatários convenentes, mediante prévia e expressa autorização;
- III - Utilização de espaços físicos para as atividades originais na cooperação técnica, mediante prévia e expressa autorização;
- IV -Participação das comunidades universitárias em disciplinas dos programas de pós-graduação, mediante prévia e expressa autorização(BRASIL, 2011c).

Também, firmou-se parceria para divulgação do curso junto às indústrias contando com a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), cujas ações propostas foram:

- I - Divulgação do mestrado Tecnológico nas indústrias da região através de pessoal dos signatários convenentes;
- II - Utilização de equipamentos pertencentes aos signatários convenentes, mediante prévia e expressa autorização;
- III - Utilização de espaços físicos para as atividades originárias da cooperação técnica, mediante prévia e expressa autorização. (BRASIL, 2011c)

De acordo o PPC/2011, o curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos representa um grande passo na implantação dos programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* do IFTM, contribuindo com as diretrizes institucionais:

[...]pautadas pela constante busca de melhorias nos serviços prestados à sociedade, pela política de formação de pessoal fundamentais ao desenvolvimento das ações educativas e pela atitude ousada e proativa de aprofundar a produção acadêmica e científico-tecnológica. (BRASIL, 2011c)

Para tanto, o Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos busca formar sujeitos atuantes na sociedade e no meio profissional em que vive, apresentando em seu PPC as seguintes expectativas:

- a) [...] a incorporação da pesquisa relativa à educação profissional partindo da necessidade de compreender os processos científicos, metodológicos e tecnológicos que sustentam os percursos formativos dessa modalidade de educação e, assim, contribuir com o repensar dos seus modelos, saberes e práticas pedagógicas.
- b) [...]atender às necessidades da sociedade e do mundo do trabalho contribuindo, assim, com o processo de desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico.
- c) [...] possibilitar o aprofundamento e a qualificação dos profissionais, unindo um sólido conhecimento teórico a suas aplicações em situações do dia-a-dia do mundo do trabalho.
- d) [...] equilibrar erudição e criatividade, interagir formação teórica e prática, valorização dos conhecimentos da prática a serem potencializados mediante o aperfeiçoamento de conhecimentos e pesquisas que representem efetivas soluções, especialmente na área alimentícia. (BRASIL, 2011c).

Neste contexto, o curso é composto por uma matriz de pesquisa com propostas de desenvolvimento de projetos com rigor científico, com inovações tecnológicas e ampliação do conhecimento, considerando a base de estudos para a formação profissional, das capacidades e habilidades para atuar com responsabilidade nos setores públicos e privados:

[...] com competências e habilidades para planejar, implementar, administrar, gerenciar, promover e aprimorar com técnica e tecnologia a área de alimentos, assumindo ação empreendedora em pesquisa e inovação, com consciência de seu papel social. [...]atuar em setores privados e públicos, desenvolvendo atividades no Sistema de Gestão e Segurança Alimentar em toda a cadeia produtiva de alimentos; em órgãos de vigilância sanitária e vigilância em saúde ambiental; no desenvolvimento e distribuição (segurança e controle de qualidade); Energia e desenvolvimento sustentável nas empresas (gestão ambiental), assim como em treinamento técnico-científico de recursos humanos (BRASIL, 2011c).

Na **Figura 1** é apresentado o organograma com as linhas de pesquisas e suas respectivas disciplinas do curso, bem como as disciplinas de ordem optativas que são ofertadas ao longo do plano de curso para compor os créditos de conhecimentos necessários, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso de 2011. Ressalta-se que passou por revisões e sofreu alterações conforme Resolução "Ad Referendum" n. 27, de 22 de junho de

2016. No entanto, tais revisões estão fora da delimitação de objeto deste estudo, o que abre nichos para novas pesquisas com ênfase nesta direção e análise aprofundada.

Figura 1 - Organograma do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de alimentos do IFTM



Fonte: PPC/2011, p. 21 - Adaptado pelo pesquisador.

Os professores e orientadores que compõem o quadro de docentes atuantes no curso somam quinze (15) e dentre eles destacam-se dois (2) professores colaboradores, conforme pode-se verificar na disposição constante no **Quadro 5**:

Quadro 5 - Titulação dos Docentes

CATEGORIA	Pós-Graduação Lato Sensu	Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado	Pós-Graduação Stricto Sensu - Doutorado
Permanente	-	-	13
Colaborador	-	-	2
TOTAL			15

Fonte: Plataforma Sucupira - 2016

Ainda quanto à estruturação do quadro docentes, cujos membros permanentes são servidores dos *campi* Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba, ela está diretamente relacionada com o mestrado, pois, embora tenha ocorrido alterações entre seus membros no transcorrer do tempo, os docentes possuem titulação a nível de pós-graduação *Stricto Sensu* – Doutorado adequados a formação científica a que se destina o curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

*A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo
(Albert Einstein).*

A apresentação e discussão dos resultados da pesquisa foi dividida de acordo com os objetivos específicos com segmentação por subtítulos. O primeiro bloco buscou mapear o perfil social e dados demográficos dos egressos do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM. O segundo subtítulo traz dados relacionados a formação antes de ingressar no mestrado e também dados referentes a execução do mestrado, com ênfase na avaliação do programa: aspectos de estrutura física, do quadro docente e do programa, segundo a visão dos pesquisados. No terceiro subtítulo é realizada uma abordagem socioeconômica relacionando as possíveis oportunidades proporcionadas pela conclusão do mestrado e comparando em termos financeiros a situação antes e após o mestrado, procurando situar os egressos quanto a sua formação para o mundo do trabalho. Por fim, um levantamento quanto ao caminho da pesquisa como um dos segmentos a ser desenvolvido pelos egressos.

Para iniciar a discussão são apresentados quadros organizados de acordo com o Instrumento de Coleta de Dados com adequações para melhor visualização dos resultados. Na sequência, alguns achados da pesquisa foram destacados para realização da discussão além de enfatizar sua relevância para o programa, para o Instituto, para a sociedade, bem como para o próprio egresso. Como o curso é novo e terá sua primeira avaliação pelo MEC no ano de 2017, os dados coletados são de relevância para o curso, para os alunos, para os professores e para a instituição de forma geral. O curso teve início em 2011 e o recorte para a pesquisa são os egressos dos últimos três (3) anos (2013 a 2016) considerando a finalização/apresentação das defesas até o dia 28 de julho de 2016. Neste recorte o curso teve trinta (31) defesas e, de forma surpreendente, foram conseguidos para o estudo, 93,55% destes egressos, fato que merece esclarecimentos. É interessante destacar que a pesquisa acadêmica tem suas dificuldades e quando o assunto é egresso, mais ainda. As pesquisas que envolvem egressos nem sempre tem um número amostral relevante. Enquanto o aluno está regularmente matriculado no curso (em andamento), a Secretaria Acadêmica possui um controle sistêmico de seus dados e contato, diferente de quando é egresso de algum curso, onde a maioria muda de cidade ou de emprego para investir em seu crescimento profissional. O alcance do número amostral para esta pesquisa se deve ao fato de ser um grupo de egressos recente, com dados de contato ainda não alterados pela grande maioria. Destaca-se que a busca só foi possível graças ao apoio incondicional da Coordenadora do Curso e da Secretaria Acadêmica.

A fim de identificar a amostra mínima para a análise os quantitativos foram submetidos à calculadora on-line (SANTOS, 2016), que utiliza a seguinte fórmula para descobrir o mínimo necessário da amostra:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n = amostra calculada

N = população

Z = variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p = verdadeira probabilidade do evento

e = erro amostral.

O erro amostral foi definido em 5%, o nível de confiança foi de 95%, a população de estudo foi de trinta e um (31) egressos, encontrando como resultado da fórmula 29 (vinte e nove) egressos. Aplicados os questionários, conseguiu-se os 100% da amostra necessária, dado que entusiasma a pesquisa e reforça o quanto é importante participar de pesquisas realizadas nos programas de Pós-Graduação, considerando que, de maneira geral, como afirma Marconi, Lakatos (2003) “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Tal resultado demonstra que os egressos do Programas *Stricto Sensu*, com certeza valorizam as pesquisas, principalmente porque passaram por estes caminhos e sabem das dificuldades encontradas no momento da investigação, uma vez que apenas dois egressos não apresentaram respostas ao questionário.

Para ingressar no mestrado, o graduado necessita participar de um processo seletivo que conta com editais específicos para cada ano. Após a seleção os candidatos se matriculam no IFTM, começando seu ano letivo no segundo semestre. No **Quadro 6a** consta a representação de quantitativo de ingressos no período compreendido entre 2011 a 2014 .

Quadro 6a - Ingressos/ano

Ano de ingresso	Ingresso
2011	8
2012	12
2013	12
2014	18
Total	50

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica- 2016

Conforme destacado no início deste trabalho, esta pesquisa considerou como público alvo apenas os egressos que concluíram o mestrado no período recorte desta pesquisa, cujos quantitativos estão demonstrados no **Quadro 6b**, ou seja, o questionário foi aplicado apenas para aqueles egressos que fizeram a defesa da dissertação no período de avaliação compreendido entre 2013 a julho de 2016.

Quadro 6b - Egressos/ano

Ano de Conclusão	Egressos
2013	3
2014	7
2015	13
2016	8
Total	31

Fonte: Secretaria Acadêmica 2016.

As informações são reunidas no **Quadro 6c** para que se visualize a quantidade de egressos/ano, considerando o ano de matrícula do discente, com o cálculo do índice de conclusão por ano de ingresso, considerando a última data de titulação em julho/2016:

Quadro 6c - Ingressos e Egressos/ano

Ingressos		Egressos (quant. /ano)				Total	Índice
Ano	Quant.	2013	2014	2015	2016		
2011	8	2	2	-	-	4	50%
2012	12	1	5	6	-	12	100%
2013	12	-		6	5	11	92%
2014	18	-		1	3	4	22%
Total	50	3	7	13	8	31	62%

Fonte: Secretaria Acadêmica - 2016

Na representação acima tem-se que dos 8 ingressantes de 2011, 4 finalizaram o curso; dos 12 de 2012, todos concluíram; dos 12 ingressantes em 2013, 11 concluíram e dos 18 ingressantes em 2014, 4 receberam a titulação até julho/2016, período correspondente ao recorte da pesquisa. Na coluna de índices, consta o percentual de titulação considerando primeiramente por ano de ingresso e ao final o total de ingressantes no período de jul/2011 a jul/2014. A partir dos cálculos de índice de conclusão apresentados, verifica-se que o índice de conclusão e formação de mestres variou bastante quando analisados em relação ao seu ano de ingresso, sendo representados por: 50% de concluintes dentre os matriculados em 2011; 100% daqueles de 2012; 91% de matriculados em 2013 e por fim, 22% dos discentes de 2014. Percebe-se que o índice de 2014 foi muito aquém dos demais exercícios. Não obstante o recorte da pesquisa não tenha atingido o período de agosto a dezembro de 2016, ressalta-se que o prazo determinado no Regulamento do Programa determina que a conclusão deve acontecer dentro de 24 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses. Diante desta regulamentação, resta a hipótese de que os discentes que ainda não finalizaram seus trabalhos de conclusão tenha conseguido uma prorrogação de prazo. Contudo a média final alcançou o

índice de 62% dos ingressantes considerando o recorte desta pesquisa, qual seja, egressos que foram titulados até jul/2016.

Perfil dos Egressos

A seguir, no **Quadro 7**, apresenta-se os dados coletados pelo questionário aplicado aos egressos, conforme **Apêndice A**. Os dados com relação ao gênero, estado civil, data de nascimento e cidade de residência, acrescentado o cálculo da idade.

Quadro 7 - Egressos (Gênero/Estado Civil/Nascimento/Idade/Cidade)

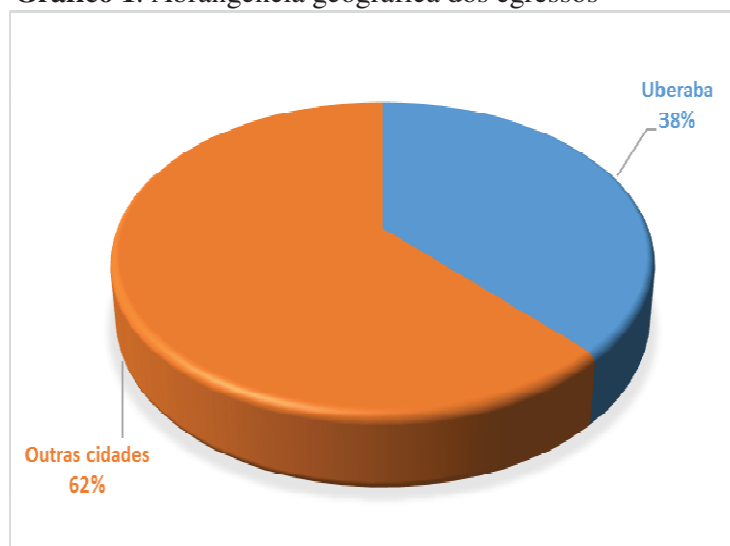
Cód.	Gênero	Estado Civil	Nascimento	Idade	Cidade Residência
1	Feminino	União estável ou equivalente	19/05/1985	31	Campinas/SP
2	Feminino	Casado	29/09/1989	27	Monte Carmelo/MG
3	Feminino	Solteiro	04/05/1987	29	Uberaba/MG
4	Masculino	Separado/divorciado	02/07/1980	36	Uberlândia/MG
5	Feminino	Solteiro	19/02/1987	29	Rio Paranaíba/MG
6	Feminino	Solteiro	07/12/1990	26	Uberaba/MG
7	Feminino	Casado	03/05/1985	31	Uberaba/MG
8	Feminino	Separado/divorciado	17/06/1986	30	Uberlândia/MG
9	Feminino	União estável ou equivalente	04/06/1982	34	Uberaba/MG
10	Masculino	Solteiro	02/06/1987	29	Uberlândia/MG
11	Feminino	Casado	18/06/1976	40	Uberaba/MG
12	Feminino	Casado	31/01/1989	27	Uberaba/MG
13	Masculino	Casado	03/06/1975	41	Itumbiara/MG
14	Feminino	Solteiro	17/06/1986	30	Uberlândia/MG
15	Feminino	Casado	06/10/1988	28	Uberlândia/MG
16	Feminino	Solteiro	08/08/1975	41	Araxá/MG
17	Feminino	União estável ou equivalente	03/05/1976	40	Bambuí/MG
18	Feminino	Solteiro	21/02/1988	28	Virgem da Lapa/MG
19	Masculino	Casado	06/12/1959	57	Uberaba/MG
20	Masculino	Solteiro	22/05/1987	29	Sacramento/MG
21	Masculino	Solteiro	27/01/1987	29	Campos Altos/MG
22	Feminino	União estável ou equivalente	11/06/1959	57	Uberaba/MG
23	Feminino	Solteiro	01/07/1981	35	Uberaba/MG
24	Masculino	Casado	29/03/1979	37	Uberaba/MG
25	Feminino	Solteiro	07/03/1989	27	Sacramento MG
26	Masculino	Casado	25/07/1976	40	Patos de Minas/MG
27	Feminino	Solteiro	16/10/1983	33	Sacramento/MG
28	Feminino	Casado	07/08/1987	29	Bambuí/ MG
29	Masculino	Casado	25/07/1969	47	Uberaba/MG

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica e respostas dos questionários - 2016

A partir dos dados coletados quanto à cidade de residência dos egressos, percebe-se a área de abrangência geográfica do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de

Alimentos, pois enquanto 37,93% dos egressos são de origem da cidade de Uberaba, a maioria (62,07,%) é de origem de outras cidades vizinhas, sendo que um egresso, embora atualmente residente no Estado de São Paulo, declarou que no período em que foi discente do programa residia em Uberlândia. Tal panorama dá a percepção de que o Programa oferece um amplo atendimento à comunidade local e regional, evidenciando a relevância do curso. Desta forma, o IFTM com o programa de mestrado desempenha seu papel enquanto agente transformador e formador na região em que atua.

Gráfico 1: Abrangência geográfica dos egressos



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Com referência ao gênero, faixa etária e estado civil, informações que demonstram o perfil social dos egressos objeto do presente estudo, são apresentados nos os **Quadros 8 e 9** os dados coletados e em seguida os gráficos ilustram os índices encontrados com a discussão sobre a representatividade dos mesmos no âmbito da pesquisa.

Quadro 8a - Quantidade de ingressos por gênero

Ano de ingresso	Ingressos (quant/gênero)	
	Masculino	Feminino
2011	4	4
2012	3	9
2013	3	9
2014	7	11
TOTAL	17	33

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica - 2016

No **Quadro 8a**, representa os quantitativos de ingressos coletados junto à Secretaria Acadêmica, em 2016. Classificando os 50 discentes, quanto à auto-denominação por gênero,

constata-se que a maioria do público atingido pelo mestrado se classifica no gênero feminino, com um índice de ingresso de 66% (33 matrículas), enquanto que 34% (17 matriculados) no gênero masculino. A predominância do gênero feminino é mantida no tocante à conclusão do mestrado, **Quadro 8b**, considerados todos os egressos do período foco da pesquisa. Neste contexto, durante o período analisado, 77,42% dos egressos são do gênero feminino e 22,58% do gênero masculino, 24 e 7 respectivamente.

Quadro 8 b - Quantidade Egressos por gênero

Ano de ingressos	Egressos (quantidade/gênero)	
	Masculino	Feminino
2011	-	4
2012	3	9
2013	3	8
2014	1	3
TOTAL	7	24

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica - 2016

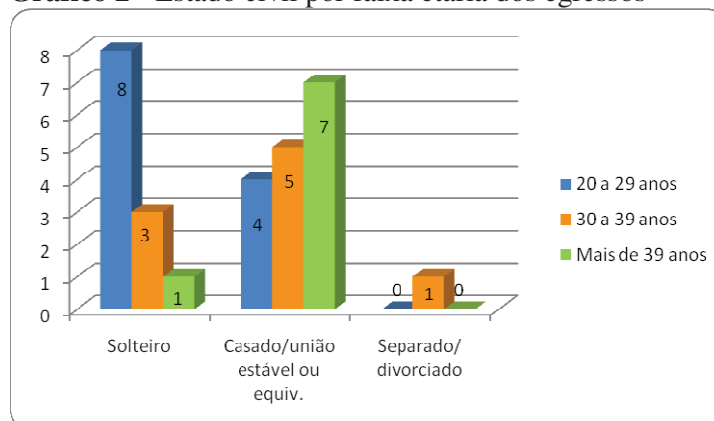
Constata-se que, embora as oportunidades/vagas sejam de ampla concorrência, o público recebido para o programa é predominantemente do gênero feminino, diferentemente do quadro geral encontrado nos cursos de graduação dos IFs e CEFETs, onde as pesquisas do INEP (BRASIL, 2015b) demonstraram que, de modo geral, a predominância de ingressantes são do gênero masculino. A partir dessas pesquisas de 2014, divulgadas em 2015, verifica-se que, isolando os dados relativos às matrículas nos Institutos Federais e CEFETs, tais resultados não são totalmente idênticos àqueles apresentados para ingressantes nos cursos de graduação presencial, pois, conforme divulgado pelo INEP na Sinopse Estatística da Educação Superior de 2015, os índices de ingressos são divergentes porque, de um total de 16.693 vagas oferecidas para os cursos de graduação das instituições em foco, 9.130 foram ocupadas pelo gênero masculino, o que corresponde a 54,69% dos ingressantes, ao passo que o restante, 45,31% das matrículas, foram efetuadas por 7.763 pessoas do gênero feminino. Porém as pesquisas do (BRASIL, 2015b) demonstram que, apesar dos ingressantes do gênero masculino prevalecerem, quando se trata de egressos o cenário é invertido, prevalecendo a diplomação de concluintes do gênero feminino, dado bastante intrigante que se justifica pela oportunidade mercadológica ser historicamente patriarca, com mais oportunidades ao gênero masculino.

Retornando ao resultado encontrado nesta pesquisa, de predominância de egressos do gênero feminino, verifica-se também que este resultado vem ao encontro com a pesquisa

"Estatística de Gênero", realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, que comparou os dados obtidos nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Os resultados do IBGE revelaram que "a escolaridade das mulheres aumentou em relação a dos homens" (BRASIL, 2014b). Também na literatura encontrada, diversos pesquisadores apresentaram resultados semelhantes. Estevam (2007), ao estudar a trajetória acadêmica dos egressos de pós-graduação *Stricto Sensu* na área de Educação da UNESP, encontrou resultados que identificaram que, dentre 33 mestres e 15 doutores, 86% (43 pessoas) são do gênero feminino e apenas 14% (5 pessoas) do gênero masculino. Resultado semelhante foi encontrado por Paiva (2006) ao estudar os egressos do Programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação oferecidos pela PUC- Campinas, no período 1993 a 2004, que encontrou 63% de mulheres no seu universo de pesquisa. Na mesma linha de predominância do gênero feminino, a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2015, divulgada pelo INEP, apresentam, com relação aos Institutos Federais e CEFETs, índices de egressos na proporção de 50,29% e 49,71%, para os gêneros feminino e masculino, respectivamente. Esta predominância encontra-se na contratação de cursos na área de Tecnologia da Informação, como evidencia nos resultados apresentados por Ieger (2014), com representação de 80% dos egressos do gênero masculino e também por Chamahum (2016), que encontrou no curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFTM, uma maioria do gênero masculino, representado por 62,24% dos 72 respondentes.

Sob o aspecto da declaração relativa ao estado civil dos envolvidos na pesquisa, os resultados apontados no **Gráfico 2**, doze (12) egressos solteiros, dezesseis (16) casados/união estável ou equivalente e 1 separado, levantando a hipótese de que, independentemente do estado civil, a busca pelo aumento do nível de escolaridade e formação continuada é conquistada mesmo após a constituição de uma nova estrutura familiar.

Gráfico 2 - Estado civil por faixa etária dos egressos



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

No tratamento dos dados relativos à idade dos egressos, concebe-se no **Quadro 9**, que os mestres da pesquisa apresentam idade média de 38 anos, para o gênero feminino, sendo a menor idade 26 e a maior 57 anos, enquanto que para o gênero masculino a média girou em torno de 33 anos, com a menor idade de 29 anos e a maior, também, de 57 anos.

Quadro 9 - Faixa etária dos egressos

Gênero	Quantidade	IDADE		
		Média	Menor	Maior
Masculino	9	38	29	57
Feminino	20	33	26	57
Total	29			

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Em análise minuciosa das informações quantificadas no **Quadro 7** demonstra-se que 12 egressos estão na faixa etária de 26 a 29 anos; na faixa etária de 30 a 39 se enquadram 9 egressos e 7 se enquadram na faixa etária acima dos 40 anos representando 27,59% dos egressos. Em se tratando da última faixa etária (acima de 40 anos) o resultado obtido na pesquisa realizada por Paiva (2006) foi superior, pois encontrou percentual mais expressivo de egressos do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* que foi representado por 57% dos egressos, enquanto 23% de 36 a 30 anos, 13 % de 31 a 36 anos e 7% na faixa de 29 a 30 anos. Entretanto, neste quesito corrobora-se com a hipótese levantada por Paiva (2016), quando analisa que tais proporções "revelam um grau de maturidade e experiência, que talvez aliada à estabilidade financeira dos alunos", propiciam que o público classificado na faixa etária acima de 40 anos apresente maior procura aos programas de pós-graduação. Em direção contrária, Torini (2012) observou em sua pesquisa que a tendência de inserção nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* aponta para uma geração mais nova, considerando o aumento significativo das ofertas e vagas de programas de pós-graduação em ciências sociais, possibilitando o ingresso logo após a graduação. Esta tendência é revelada pelos relatos dos egressos recentes, que vislumbrarem na pós-graduação a possibilidade de retardar o ingresso no mundo do trabalho e dar continuidade ao seu processo formativo, desde que seu sustento seja propiciado por meio de obtenção de bolsas de estudo. Ademais, Torini (2012) constatou que os graduandos a partir de 2000 visualizam a pós-graduação como uma segunda etapa dos estudos, sendo necessária para qualificação, o crescimento profissional e consequente estruturação de uma carreira sólida, para quem pretende ingressar na carreira acadêmica ou não. Para Lima (2016), a idade média encontrada para ingresso no mestrado profissional foi de

31 anos e de 26 anos para o mestrado acadêmico, contribuindo com Torini (2012) quando encontrou a idade média de entrada no doutorado como de 28 anos de idade.

Formação Acadêmica e transcurso do Mestrado

A seguir, no **Quadro 10**, apresenta-se os dados referente a graduação dos indivíduos da pesquisa, bem como seu ano de conclusão e instituição que finalizou graduação.

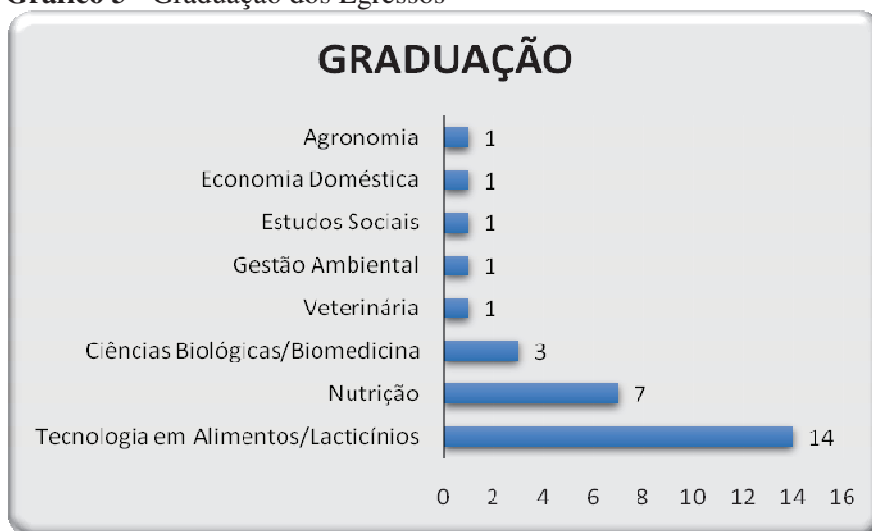
Quadro 10 - Dados relativos a Graduação dos Egressos

Cód.	Graduação	Ano Conclusão	Instituição
1	Nutrição	2006	Universidade de Uberaba
2	Nutrição	2011	Faculdade Atenas
3	Tecnologia em Alimentos	2010	IFTM - <i>Campus</i> Uberaba
4	Tecnologia em Alimentos	2008	IFTM - <i>Campus</i> Uberlândia
5	Nutrição	2009	UNIPAM
6	Tecnologia em Alimentos	2011	IFTM - <i>Campus</i> Uberaba
7	Tecnologia em Alimentos	2009	UFLA
8	Tecnologia em Alimentos	2009	IFTM - <i>Campus</i> Uberlândia
9	Biomedicina	2007	Universidade de Uberaba
10	Tecnologia em Alimentos	2008	IFTM - <i>Campus</i> Uberaba
11	Ciências Biológicas	2004	Universidade do Cerrado Patrocínio
12	Nutrição	2010	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
13	Tecnologia em Laticínios	1997	Universidade Federal de Viçosa
14	Nutrição	2008	UNITRI
15	Tecnologia em Alimentos	2008	IFTM - <i>Campus</i> Uberlândia
16	Tecnologia em Alimentos	2011	IFTM - <i>Campus</i> Uberaba
17	Tecnologia em Alimentos	2008	IFMG - <i>Campus</i> Bambuí
18	Nutrição	2009	UNIPAC
19	Estudos Sociais	1989	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava
20	Tecnologia em Laticínios	2012	Universidade Federal de Viçosa
21	Agronomia	2013	Universidade Federal de Viçosa
22	Economia Doméstica	1986	Universidade Federal de Viçosa
23	Nutrição	2002	Universidade de Uberaba
24	Medicina veterinária	2007	Universidade de Uberaba
25	Engenharia de Alimentos	2004	FAZU - Uberaba
26	Gestão Ambiental	2009	SENAC
27	Tecnologia em Laticínios	2011	Universidade Federal de Viçosa
28	Tecnologia em Alimentos	2009	IFMG - <i>Campus</i> Bambuí
29	Ciências Biológicas	1999	FEU/UFU

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Considerando que seleção para o curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia não há exigência expressa quanto a graduação de origem dos ingressos, são recebidos no mestrado os egressos graduados em diversas áreas do conhecimento. No **Gráfico 3**, com destaque observa-se que a maioria, 14 respondentes se graduaram em cursos classificados na área de Tecnologia em Alimentos e Laticínios, o que equivale a 48,28 % do grupo estudado. Logo em seguida, encontrou-se que 7 são graduados em Nutrição, portanto 24,14% e os cursos de Biomedicina e Ciências Biológicas representando 10,34%, com três graduados. Embora com a representatividade de apenas 1 aluno em cada um dos demais cursos (Engenharia de Alimentos, Veterinária, Gestão Ambiental, Economia Doméstica e Agronomia), o índice de 3,45%, respectivamente, indica que o programa possui uma característica multidisciplinar, acolhendo graduandos de áreas diversas, dando ênfase na busca do processo formativo do cidadão.

Gráfico 3 - Graduação dos Egressos



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

No tocante ao questionamento quanto à instituição de origem na qual a graduação foi concluída, o **Gráfico 4** apresenta o predomínio de egressos advindos da escola privada, com um índice de 55%, 16 dos 29 respondentes, no tempo em que aqueles provenientes da escola pública alcançam os 45%. Resultado que contrasta com o encontrado por Estevam (2007), onde os 77,14 % dos egressos de mestrado foram originados de escolas públicas. Diante deste quadro, verifica-se que a origem dos egressos proveniente de escolas privadas, aparece mais predominantemente neste grupo, a julgar pela faixa etária dos egressos e justificados em razão

da pouca oferta de cursos de graduação em escolas públicas no período compreendido entre 1980 a 2000.

Gráfico 4 - Instituição de Conclusão da Graduação dos Egressos



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

No **Quadro 11**, demonstra que grande parte dos egressos passaram por uma pós-graduação *Lato Sensu*:

Quadro 11 - Relação de Pós-Graduação *Lato Sensu* dos Egressos

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - área	Conclusão	Qtde.Egressos
Docência no Ensino Superior	2010	1
Nutrição Humana e Saúde	2013	1
Tecnologia e Qualidade de Alimentos Vegetais	2010	1
Nutrição e Saúde	2010	1
Gestão Pública	2012	1
Tecnologia e qualidade de alimentos vegetais	2012	1
Gestão ambiental	2013	1
Ciências Ambientais	2012	1
Saúde pública e microbiologia (2 graduações)	2005 e 2011	1
cursou, mas não indicou o nome do curso	2013	1
Gestão Agroindustrial	2005	1
Vigilância Sanitária	2013	1
Especialização em Ciências Ambientais	2012	1
Controle de Qualidade na Indústria de Alimentos	2009	1
Nutrição Humana e Saúde	2012	1
Didática- Fundamentos Teóricos da Prática Pedagógica	1995	1
Terapia Nutricional	2004	1
Controle de qualidade na indústria de alimentos	2011	1

Ciência Tecnologia de Alimentos	2014	1
cursou, mas não indicou o nome do curso	2011	1
Ciência e tecnologia de alimentos - segurança alimentar	2016	1
Qualidade e segurança nutricional de alimentos	2015	1
Docência na Educação Superior	2009	1
Total		23

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

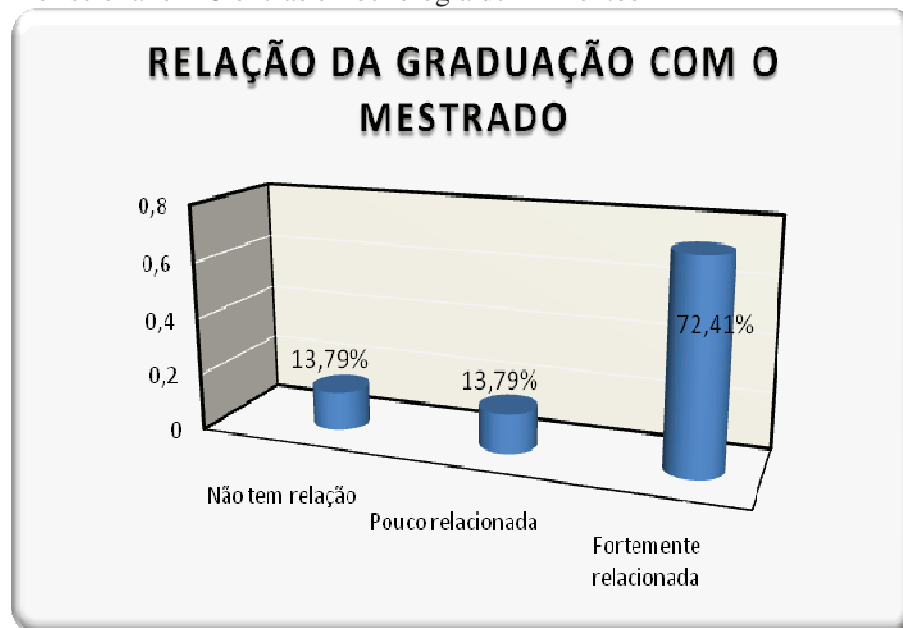
Notou-se que, ao serem questionados se cursaram pós-graduação *Lato Sensu*, apenas 6 respondentes informaram que não passaram pela especialização antes de ingressar no mestrado. No entanto, observando a data de conclusão dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, sendo que duas pessoas finalizaram paralelamente à realização do mestrado profissional e uma cursou duas pós-graduação *Lato Sensu* antes de ingressar no mestrado. A partir do levantamento de que 23 dos egressos (79%) passaram pela pós-graduação *Lato Sensu* antes do ingresso no mestrado profissional, pode-se aferir que, além de fazer parte do processo formativo do egresso, a pós-graduação *Lato Sensu* é uma forma de se preparar e aguardar a oportunidade de concretização do desejo e intenção de cursar um programa de mestrado ou doutorado.

Outra informação que foi extraída é de que as áreas de conhecimento, tanto da graduação, quanto da pós-graduação *Lato Sensu*, aproximaram-se da área de abrangência do mestrado profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos, comparando a **Tabela 3**, na qual estão representadas as áreas de conhecimento segundo o CNPQ²¹, com os dados apresentados nos **Gráfico 5 e 6**, que demonstra os cursos realizados pelos egressos. Percebe-se que, enquanto aproximadamente 56,42% dos respondentes cursaram a pós-graduação *Lato Sensu* em áreas fortemente relacionadas com o programa de mestrado profissional, as graduações dos egressos foram julgadas com o percentual de 72,41% diretamente relacionadas com o programa em análise. Para apuração destes dados, com relação à Graduação, foram considerados como fortemente relacionados ao programa de mestrado os cursos da grande área de Ciência e Tecnologia em Alimentos - Tecnologia em Alimentos/Laticínios e Nutrição; como pouco relacionados, os cursos de Ciências Biológicas/Biomedicina e Economia Doméstica e, considerados que não possuem relação direta com o programa, os cursos de Agronomia, Estudos Sociais, Gestão Ambiental e Veterinária. Quanto às áreas de pós-graduação *Lato Sensu*, a pesquisa considerou como

²¹ A sigla CNPQ foi criada inicialmente para nomear o Conselho Nacional de Conselho Nacional de Pesquisa, mas atualmente representa o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - um órgão público que tem o objetivo de incentivar a pesquisa no Brasil.

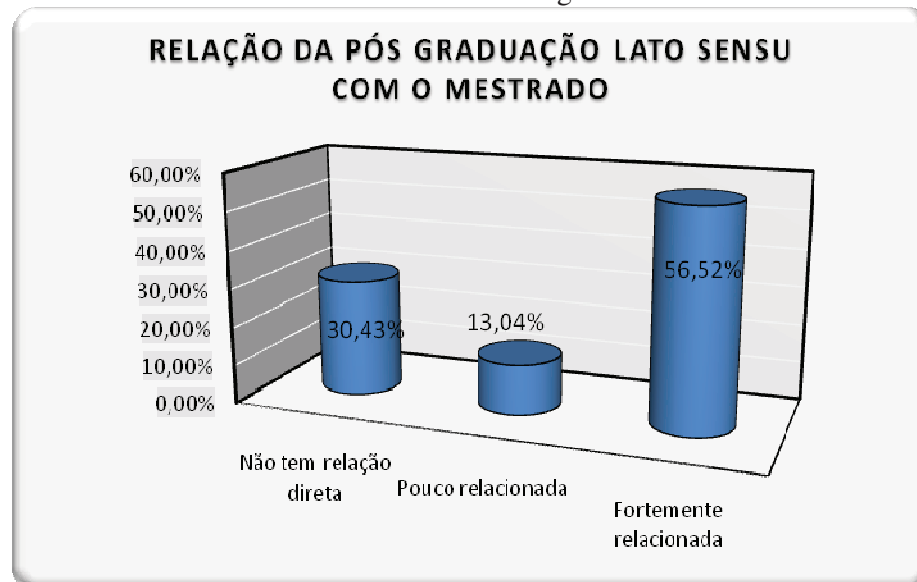
diretamente ligadas ao mestrado as grandes áreas de Ciência e Tecnologia em Alimentos - Tecnologia em Alimentos/Laticínios e Nutrição; como pouco relacionadas as áreas de Docência, Vigilância Sanitária e as demais como não relacionadas diretamente a área do mestrado, partindo das áreas de conhecimento definidas pelo CNPQ, conforme **Tabela 3**.

Gráfico 5 - Relação da Graduação dos egressos com o Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos - IFTM



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Gráfico 6 - Relação da Pós-graduação *Lato Sensu* dos egressos com o Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos - IFTM



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Tabela 3 - Áreas do Conhecimento - CNPQ

5.07.00.00-6 Ciência e Tecnologia de Alimentos
5.07.01.00-2 Ciência de Alimentos
5.07.01.01-0 Valor Nutritivo de Alimentos
5.07.01.02-9 Química, Física, Físico-Química e Bioquímica dos Alim. e das Mat.-Primas Alimentares
5.07.01.03-7 Microbiologia de Alimentos
5.07.01.04-5 Fisiologia Pós-Colheita
5.07.01.05-3 Toxicidade e Resíduos de Pesticidas em Alimentos
5.07.01.06-1 Avaliação e Controle de Qualidade de Alimentos
5.07.01.07-0 Padrões, Legislação e Fiscalização de Alimentos
5.07.02.00-9 Tecnologia de Alimentos
5.07.02.01-7 Tecnologia de Produtos de Origem Animal
5.07.02.02-5 Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal
5.07.02.03-3 Tecnologia das Bebidas
5.07.02.04-1 Tecnologia de Alimentos Dietéticos e Nutricionais
5.07.02.05-0 Aproveitamento de Subprodutos
5.07.02.06-8 Embalagens de Produtos Alimentares
5.07.03.00-5 Engenharia de Alimentos
5.07.03.01-3 Instalações Industriais de Produção de Alimentos
5.07.03.02-1 Armazenamento de Alimentos

Fonte: CNPQ - 2017

Outro resultado interessante encontrado foi a partir do relacionamento entre as datas de conclusão da graduação e pós-graduação *Lato Sensu* confrontadas com a data de ingresso no programa de mestrado profissional em análise. Neste comparativo verificou-se que, conforme consta do quadro a seguir (**Quadro 12**), apesar de 34,48% dos egressos estarem em um processo contínuo de formação, 51,72% aguardou um período de 1 a 4 anos para conseguirem acessar o mestrado e, aproximadamente, 7% dos ingressos, por motivos diversos, ficaram até 10 anos sem frequentar a sala de aula para realização de uma graduação ou pós-graduação. O destaque deve ser dado a dois egressos que, embora a 17 e 23 anos sem participar de algum curso de graduação ou pós-graduação *Lato Sensu*, encararam o desafio de ingressar na pós-graduação *Stricto Sensu*, demonstrando que experiência e maturidade podem ser requisitos muito bem-vindos neste processo formativo, principalmente quando se trata de um mestrado profissional e que mediante a titulação poderá ser recompensado financeiramente.

Quadro 12 - Período fora de sala de aula como aluno de cursos regulares

PERÍODO	Quant.	%
Estudo continuado - até 1 ano	10	34,48
De 1 a 4 anos	15	51,72
De 5 a 10 anos	2	6,9
Mais de 10 anos	2	6,9
TOTAL	29	100

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

No que se refere à motivação para cursar o mestrado profissional, as informações obtidas e elencadas no **Quadro 13**, correspondem às respostas apresentadas para identificar a motivação que levou os indivíduos a cursar o mestrado.

Quadro 13 - Motivação dos egressos para cursar o Mestrado

Respostas	Qtde.	%
Carreira docente	13	44,83
Complementação pós-graduação	3	10,34
Mercado de trabalho	2	6,9
Progressão funcional	7	24,14
Realizar pesquisa	4	13,79
TOTAL	29	100

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

As respostas apontaram para uma predominância, entre os egressos, da motivação para carreira docente, com 13 respostas, significando 44,83% do público avaliado. O segundo motivo foi a conquista de progressão funcional na empresa em que trabalha, que impulsionou 7 egressos (24,14%) a realizarem o mestrado. Alcançando o terceiro lugar, a realização de pesquisa motivou quatro egressos, alcançando um índice de 13,79% na classificação de motivos. Os demais estímulos, como complementação da pós-graduação e mercado de trabalho, alcançaram os percentuais de 10,34% e 6,90%, respectivamente.

Em comparação com os resultados apurados por Estevam (2007) quando questionou os egressos de pós-graduação *Stricto Sensu*, 11 indicaram a docência, 18 a profissão e 2 o interesse na pesquisa. Assim, constatou-se como ponto comum nessas pesquisas a perspectivas para o crescimento profissional via processo gradual e continuado da busca pelo conhecimento, sem deixar de lado a questão da manutenção, ascensão e progresso no mundo do trabalho. Continuar ou recomeçar a vida acadêmica exige muito esforço dos sujeitos, que embora motivados, buscam por incentivos durante a realização do mestrado visando facilitar

os estudos e as pesquisas. Neste sentido, procurou-se levantar se os egressos receberam incentivos que fomentaram e estimularam a realização das pesquisas. Os resultados obtidos são expressados no Quadro 14:

Quadro 14 - Incentivo para cursar o Mestrado

Respostas	Quant.	%
Bolsa de estudos	1	3,45
Compensação de carga horária	11	37,93
Licença das atividades	6	20,69
Redução de carga horária	2	6,9
Nenhum	9	31,03
Total	29	100

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

É fato real que o apoio financeiro ao estudante facilita muito o desenvolvimento da pesquisa pois, normalmente combina com a disponibilidade de tempo, pois ao receber a bolsa o sujeito, via de regra, não desempenha outra atividade remunerada. No entanto, a pesquisa aponta que apenas um egresso recebeu incentivo financeiro a título de bolsas de estudo, durante o período que cursou o mestrado. Entretanto, houve o registro de outros incentivos como licença integral das atividades, obtidas por 6 pessoas (20,69%), redução da carga horária para duas pessoas, que são fomentos consideravelmente relevantes para a dedicação aos estudos. Contudo a maioria manteve suas atividades profissionais no período em que cursaram o mestrado, resultando em 68,96% dos respondentes, pois enquanto 9 não receberam nenhum tipo de incentivo, 11 egressos continuaram trabalhando e fazendo compensação de horas quando as atividades do mestrado chocavam horário com o trabalho, possibilitando que os estudos prosseguissem, mas a carga horária exigida no trabalho fosse mantida. Ainda no **Quadro 14** é realçada a mínima porção de egressos que conseguiu receber um apoio financeiro no decorrer do seu mestrado, a proporção de 3,34% representada por apenas um egresso. Esta situação é consequência da citada Portaria CAPES/MEC n. 80/1998, que prioriza o auto financiamento dos cursos de mestrado em seu Art. 6º: "Os cursos da modalidade tratada nesta portaria possuem vocação para o autofinanciamento. Este aspecto deve ser explorado para iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio de suas atividades." Desta forma necessário se faz que os programas de mestrados profissionais atuem junto a empresas e demais órgãos de fomento da pesquisa de forma a ampliar a concessão de bolsas de estudo e proporcionar maior acesso dos estudantes àquelas já implementadas. É latente a dificuldade encontrada pelos mestrados no desenvolvimento de pesquisas sem um respaldo financeiro.

Tal dificuldade é histórica na trajetória dos programas de pós-graduação, ainda mais em se tratando de cursos recentemente criados, como o caso do objeto de estudo. Isto posto, corrobora-se com evidências apontadas por Estevam (2011) quando aponta que:

O ínfimo número e valor das bolsas oferecidas pelos órgãos de fomento em cursos de Pós-Graduação considerados de alto nível como este em estudo demonstra a pouca valorização do saber vinculado a uma área de conhecimento que acaba por ter deméritos em relação as outras áreas de conhecimentos por exemplo, a biotecnologia, a engenharia genética, enfim, nas quais o sistema econômico vigente tem interesses em investir visando maior lucratividade. A própria distribuição de bolsas no interior das instituições comumente obedecem um critério de carência econômica, disponibilidade de tempo para o curso em nível de mestrado, deixando nos escalões inferiores a competência acadêmica ou o brilhantismo das pesquisas. Isto tende a ser, mais comum em áreas pouco valorizadas na hierarquia das ciências (ESTEVAM, 2011, p.716-717).

As pesquisas realizadas por Barata (2016) também encontraram cenário semelhante, onde os mestrados não conseguem se afastar totalmente das atividades profissionais sendo levados à busca do equilíbrio entre atividades acadêmicas e profissionais, o que exige dos mestrados profissionais a flexibilização das atividades do curso, combinando ensino presencial, à distância e atividades de auto-instrução.

Outro quesito avaliado foi quanto ao tema da dissertação. Pelas respostas obtidas, constantes no **Quadro 15**, percebeu-se que 25 egressos (86%) mantiveram o mesmo tema pré-definido para sua pesquisa desde o início até fim do curso e que 4 egressos (14%) resolveram alterar o tema de pesquisa no transcorrer de seus estudos. A constatação de que 86% dos egressos iniciam o curso e realizaram a pesquisa com o mesmo tema de dissertação levanta a hipótese de que o pesquisador, embora aberto às sugestões ou novas proposições indicadas pelos orientadores, inicia o seu mestrado com um pré-projeto de pesquisa que se enquadra nos propósitos do programa e que desperta o interesse de desenvolvimento pelo orientador. Assim sendo, aparentemente o orientador apoia a ideia do discente e trabalham em conjunto de maneira que a pesquisa desenvolvida atenda os interesses de ambos.

Quadro 15 - O tema inicial da pesquisa foi mantido durante o curso?

Resposta	Quant.	%
SIM	25	86%
NÃO	4	14%
TOTAL	29	100%

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Com os dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica, vislumbrou-se a possibilidade de extrair uma importante informação que a CAPES utiliza em suas avaliações, que é, dentre outros quesitos, aquele que aprecia o corpo discente, no tocante ao tempo médio de titulação,

ou seja o tempo utilizado pelos egressos para conclusão do curso. Para este cálculo, do tempo necessário para finalização do curso, foi considerado o período compreendido entre o mês de início das aulas no semestre de ingresso até a mês de conclusão. Como esta informação independe das respostas ao questionário, entendeu-se como cabível a inclusão dos dois egressos que não responderam ao questionário. Essa decisão foi tomada para apurar o tempo despendido por todos os egressos abrangidos pelo período da pesquisa, qual seja, do segundo semestre de 2011 até 2016, sendo o resultado apurado disposto no **Quadro 16**, abaixo:

Quadro 16 - Tempo para conclusão do Mestrado

Ano de ingresso	Quantidade	Tempo de conclusão (meses)
2011	1	21
	1	26
	1	35
	1	36
2012	1	17
	1	25
	1	26
	1	28
	2	29
	1	31
	4	36
	1	37
2013	2	25
	1	26
	1	27
	2	29
	3	35
	2	36
2014	1	17
	2	20
	1	23
TOTAL	31	-

Fonte: Secretaria Acadêmica 2016 - criado pela pesquisadora

A partir deste levantamento, verifica-se que, para os ingressos de 2011, tempo médio chegou a 30 meses; para os ingressos de 2012, 31 meses; para os de 2013, 31 meses, e para aqueles que iniciaram em agosto de 2014, o tempo médio gasto para conclusão do curso foi de 20 meses. Diante deste panorama identificou-se que, para os egressos que ingressaram em 2014, o tempo médio ficou dentro do prazo estabelecido pelo Regulamento do programa objeto da pesquisa. Com estas informações verificou-se que o tempo médio encontrado para o período da pesquisa foi de 29 meses (**Quadro 17**), portanto prazo acima do regulamentado

pelo programa, que determina um prazo de 24 meses, mas dentro da possível prorrogação por até 6 meses. Sendo assim, a média encontrada também está superior ao prazo estipulado pela Capes, de 24 meses. Não obstante, que as causas de tal retardo nas apresentações dos trabalhos de conclusão não foram consideradas nesta pesquisa, deve-se considerar e refletir sobre qual impacto tal resultado causará na avaliação da Capes, haja vista que este quesito pode ter um peso muito relevante no conceito final a ser atribuído ao programa.

Quadro17 - Tempo para Titulação dos egressos

Ano de Ingresso	Quant. Egressos	Menor tempo (meses)	Maior tempo (meses)	Tempo médio (meses)
2011	4	21	36	30
2012	12	17	37	31
2013	11	25	40	31
2014	4	17	23	20
TOTAL	31	Média Geral (meses)		29

Fonte: Secretaria Acadêmica 2016 - criado pela pesquisadora

Gráfico 7 - Quantidade de egressos X tempo para titulação



Fonte: Secretaria Acadêmica 2016- criado pela pesquisadora

Neste prisma pode-se esclarecer melhor as informações, observando o **Gráfico 7**, com a quantificação dos egressos quanto ao atendimento ao regulamento do programa, qual seja: 19% (6) concluíram o mestrado dentro do prazo regulamentar de 24 meses; 39% (12) cumpriram o prazo determinado no regulamento acrescido de 6 meses (até 30 meses) e 42% (13), finalizaram o curso extrapolando o prazo definido em regulamento. Contudo, considerando que os egressos de 2014 não ultrapassaram o período de 24 meses para

finalização, aponta-se para a hipótese de que esta distorção está sendo ponto de aferição pelo programa, caso contrário cabe aqui uma atenção especial pelo colegiado do programa.

A representação no **Quadro 18** demonstra a visão dos egressos quanto à estrutura de biblioteca e equipamentos do IFTM, utilizados pelo programa de mestrado, bem como a avaliação do quadro docente quanto à competência e relacionamento professor-aluno e por fim o currículo e uma avaliação geral do mestrado.

QUADRO 18 - Avaliação da estrutura, dos docentes e do Curso

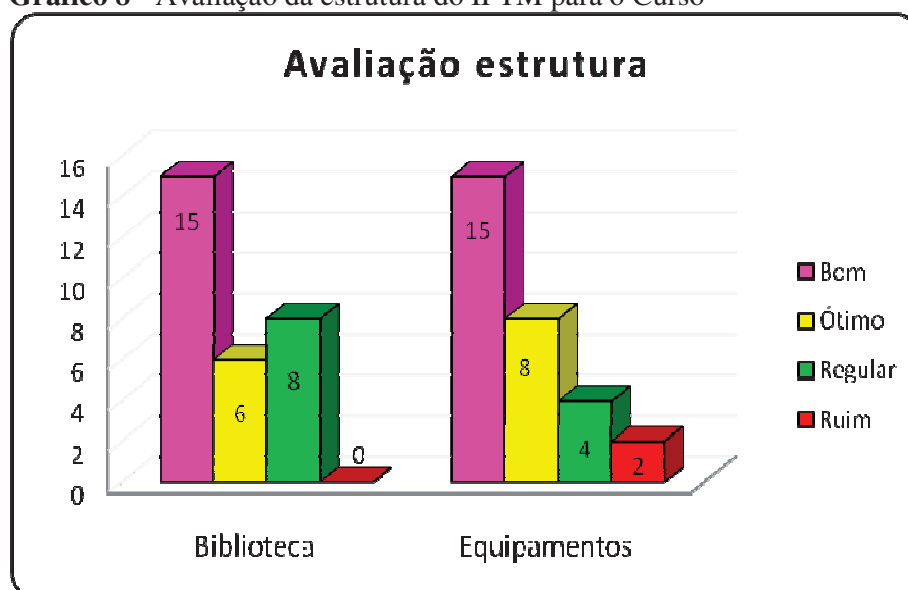
CRITÉRIOS	Unidade	CONCEITO			
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Biblioteca	quant	6	15	8	0
	%	20,69	51,72	27,59	-
Equipamentos	quant	8	15	4	2
	%	27,59	51,72	13,79	6,9
Competência dos professores	quant	16	12	1	0
	%	55,17	41,38	3,45	-
Dedicação e interesse dos professores	quant	14	13	2	0
	%	48,28	44,83	6,9	-
Relacionamento professor/aluno	quant	18	9	2	0
	%	62,07	31,03	6,9	-
Currículo	quant	15	11	1	2
	%	51,72	37,93	3,45	6,9
Avaliação geral do curso de mestrado	quant	10	14	4	1
	%	34,48	48,28	13,79	3,45

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Detalhando as informações observou-se que, quanto à avaliação da estrutura do IFTM, foi solicitado a atribuição de conceitos no tocante à biblioteca e equipamentos, demonstrados no **Gráfico 8**. As respostas denotam que, ao avaliar a biblioteca, os egressos apresentaram-se satisfeitos em sua maioria. Isto porque, seis egressos atribuíram o conceito de ótimo e quinze o conceito bom, perfazendo um percentual de 72% do total de respostas de aprovação. Apesar do alto percentual de aprovação, é muito relevante e significativa a conceituação de regular apontada por 28% (8 egressos), inclusive devendo constar que o foi apontado nos comentários, livremente expostos pelos pesquisados, de que há dificuldades para acessar o sistema de busca, junto à biblioteca do IFTM, quando se trata de artigos pagos. Além disso, este índice serve para alertar que o acervo bibliográfico precisa ser constantemente reforçado. Tal insatisfação também foi apurada por Chamahum (2016) quando realizou a pesquisa com

os egressos do curso ADS do IFTM, pois 47% dos egressos manifestaram-se insatisfeitos com a biblioteca. Ao que parece a motivação desta avaliação desfavorável deve-se a dificuldade do IFTM em adquirir acervo bibliográfico relativo à área de análise e desenvolvimento de sistemas e atender ao curso ADS no início de sua oferta. Dentre as dificuldades administrativas para aquisição do acervo, pode-se citar: 1) livro com edição esgotada; 2) morosidade no procedimento licitatório, ocasionado pela grande diversidade de referências e reduzido número de fornecedores – em razão da exigência de comprovação de regularidade fiscal, e; 3) edições que se esgotam após a confirmação da compra (CHAMAHUM, 2016).

Gráfico 8 - Avaliação da estrutura do IFTM para o Curso



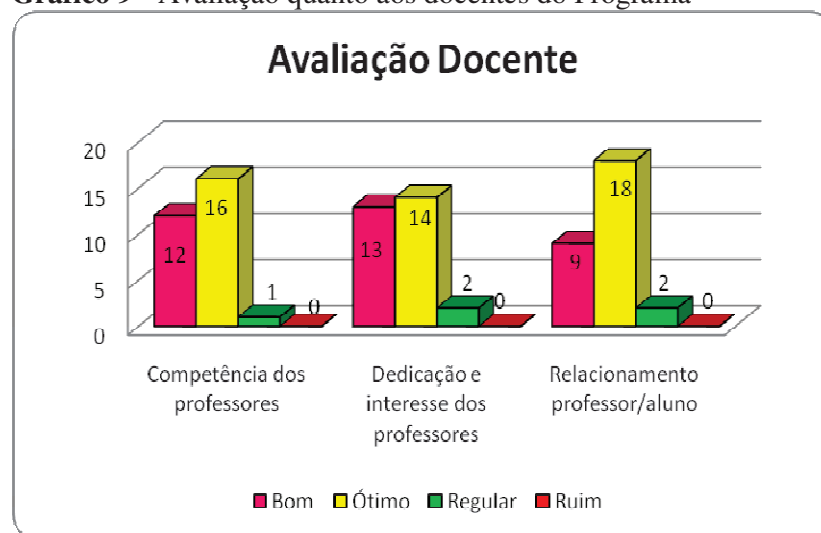
Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Quanto aos equipamentos, também demonstrados no **Gráfico 8**, a conceituação foi de: 8 ótimo, 15 bom, 4 regular e 2 ruim. A representatividade de satisfação pode ser medida em torno de 80% quando levado em consideração a classificação ótimo e bom. Porém não menos significativa é a manifestação de seis egressos que entendem como regular e ruim os equipamentos disponibilizados, pois estas opiniões devem levar a instituição a refletir quanto a necessidade de investimentos no mestrado e ainda na manutenção daqueles existentes.

No que tange a avaliação dos egressos quanto ao quadro docentes, os critérios avaliados foram competência, dedicação e interesse e relacionamento professor/aluno. De maneira geral a avaliação foi muito positiva, visualizado no **Gráfico 9**. Percebe-se que quanto à competência dos docentes envolvidos, 12 respostas apontaram para o conceito de ótimo e 16 para o conceito bom, determinando um grau de 97% de reconhecimento quanto a capacidade de atuação dos doutores docentes. No tocante à dedicação dos professores ao mestrado, o

nível de reconhecimento e satisfação também são elevados, pois 13 conceituaram como ótimo e 14 como bom, levando a um índice de 93% na avaliação positiva deste quesito. Diante deste alto nível de aquiescência, percebe-se que o trabalho e o alto nível de conhecimento, demonstrados pelos professores são enaltecidos pelos egressos. O mesmo índice de 93% foi calculado para o quesito relacionamento/aluno, onde ótimo foi estabelecido por 9 egressos e 18 consideraram bom, constatando que os docentes demonstram empatia e grande interação com o discente durante a realização do curso, pressupondo que tal relação harmoniosa perdure pós diplomação. Desta forma, para os critérios de competência, dedicação e interesse, o índice médio de avaliação, considerando as respostas com conceito ótimo e bom, atinge o percentual 94,25% de aprovação. Diante disso, considera-se bastante gratificante o retorno desta avaliação, valorizando o trabalho e a dedicação da equipe composta pelos 15 doutores, conforme consta do PPC do curso.

Gráfico 9 - Avaliação quanto aos docentes do Programa

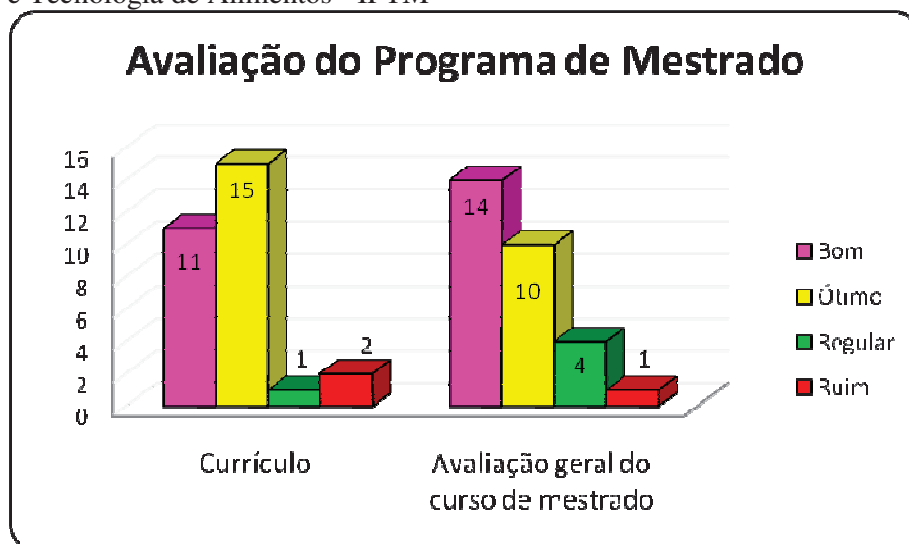


Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Com relação à avaliação do programa de mestrado, demonstrado no **Gráfico 10**, iniciando pelo quesito currículo, a conceituação apresentou o seguinte resultado: 11 apontaram como ótimo; 15 como bom; 1 indicou que o currículo é regular e 2 consideraram ruim a proposta curricular. Tal resultado aponta para uma aprovação (ótimo e bom) por 90% dos egressos. No tocante à avaliação geral do curso, os resultados foram de 14 indicações de ótimo, 10 para o conceito bom, 4 consideraram regular e 1 não aprovou o curso. Os cálculos de percentuais de aprovação assinalam para uma aprovação de 83% sob a avaliação dos egressos, ao passo que 17% manifestaram insatisfeito com o curso em geral. Contudo, esses indicadores apresentam uma predominância de aprovação do programa, ressaltando os pontos

positivos e indicando que o programa, embora considerado recente, está no caminho de conquistar os objetivos propostos em suas regulamentações. Não obstante o alto nível de aprovação é muito importante considerar os 17% dos egressos que classificaram como regular e ruim deixando aberto uma lacuna a ser questionada e provocando uma reflexão quanto aos fatores que induziram a essas respostas, vindo inclusive a provocar mudanças para aperfeiçoamento do programa. Dentre os comentários apresentados ao final do questionário destaca-se as sugestões de que o programa ofereça mais aulas práticas e que a quantidade de aulas seja revista para aumentar o foco na pesquisa. Essas sugestões são apresentadas pelo pesquisador no sentido de fomentar a reflexão durante o processo constante de análise e aperfeiçoamento do programa.

Gráfico 10 - Avaliação do Programa de Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia de Alimentos - IFTM



Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Possibilidades profissionais e perfil econômico

Para identificação da área de atuação profissional após o mestrado, são apresentadas a situação profissional no momento da pesquisa e ainda quanto ao vínculo e remuneração dos egressos, antes e pós mestrado. O resultado apresentado no **Quadro 19** revela a predominância da docência entre os respondentes. Com maior número de atuação na docência, 8 egressos (27,59%), seguido por aqueles que atuam em atividades ligadas a processamento de alimentos e consultorias, com 5 pessoas (17,24%) em cada atividade. Para as atividade ligadas à área de nutrição e fiscalização/vigilância sanitária, o percentual foi de

6,90% (2) e 10,34% (3), respectivamente. Há de ressaltar que 2 egressos prosseguiram no processo formativo ingressando no doutorado.

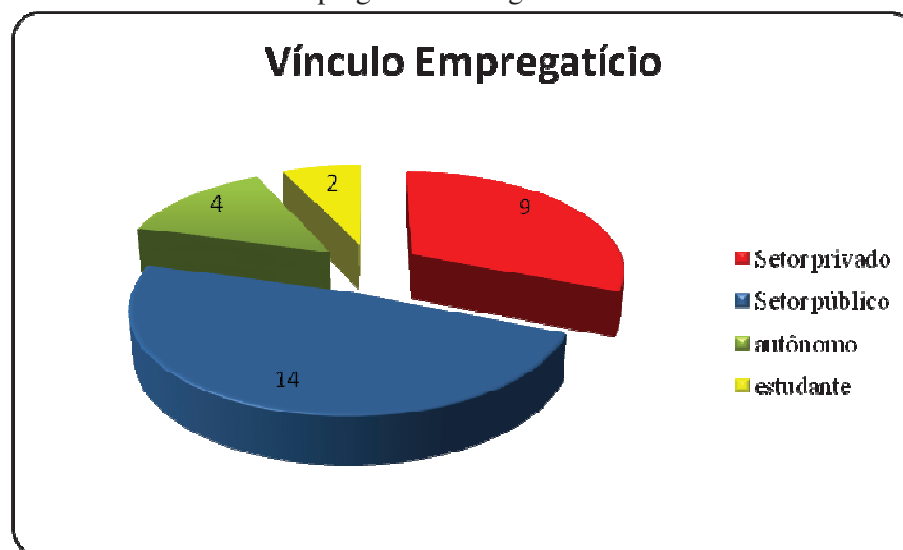
Quadro 19 - Área de atuação profissional Pós Mestrado

Área de atuação profissional pós mestrado	Quant.	%
Consultoria	5	17,24
Docência	8	27,59
Doutorado	2	6,90
Fiscalização/vigilância sanitária	3	10,34
Laboratório/administrativo	4	13,79
Nutrição	2	6,90
Processamento de alimentos	5	17,24
Total	29	100

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Diante do resultado apurado neste quadro, verifica-se que os propósitos de formação docente foram bem atendido, haja vista que a formação para a docência é motivo para ingressos no mestrado e demonstra ser uma conquista alcançada.

Como detecta-se pelos dados expostos no **Gráfico 11**, a seguir, há uma predominância de servidores públicos dentre os egressos pesquisados, pois 14 dos 29 egressos estão no setor público, o que equivale a dizer que praticamente 50% dos mestres são funcionários públicos, seguindo a tendência presente nos estudos apresentados sobre a RAIS 2014. De acordo com o relatório, este tipo de vínculo, sofreu uma expansão de 1,45% em 2013 e 0,47% em 2014, no que diz respeito ao número de vagas oferecidas. Em seguida estão nove egressos que atuam no setor privado, quatro autônomos, que representam 13,79% dos respondentes. Novamente aparecendo nesta análise os dois egressos que se classificam na categoria de estudante e que não informaram se ainda mantêm algum vínculo empregatício. Velloso (2002) encontrou que 3/5 dos mestres encontram-se no funcionalismo público, enquanto apenas cerca de 10% atuam como profissionais autônomos ou proprietários de empresas. Chamahum (2016) encontrou em sua pesquisa que apenas 15,59% do seu público alvo estão no mercado de trabalho exercendo atividades como autônomo/prestador de serviços e proprietários de empresas, concluindo que 83,11% são empregados ou servidores públicos. Em outra pesquisa, Ieger (2014) encontrou uma proporção equivalente entre servidores públicos e egressos vinculados ao setor privado, sendo que os dois setores apresentaram 29% cada um, dentre os 66 respondentes, detectando que o motivo unânime para ingresso no funcionalismo público é a estabilidade.

Gráfico 11 - Vínculo Empregatício dos egressos

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

As respostas relativas ao que o Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos em termos de oportunidade/crescimento profissional, estão elencadas no **Quadro 20**, onde pode-se identificar que 37,93% conseguiram progressão funcional na empresa que já trabalhava e 20,69% ingressaram na carreira docente. Destaque para um egresso que abriu a própria empresa.

Quadro 20 - Oportunidades Pós Mestrado

Oportunidades pós mestrado	Quant.	%
Abertura de uma empresa própria	1	3,45
Doutorado	2	6,9
Ingresso na carreira docente	6	20,69
Novo emprego	1	3,45
Prestação de serviço autônomo	3	10,34
Progressão funcional na empresa em que já trabalhava	11	37,93
Não respondeu ou não teve oportunidades	5	17,24

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Este resultado condiz com o que identificou Barros *et al.* (2005, p. 124) quando menciona que as demandas dos setores públicos e privados são desafios da pós-graduação a nível de mestrado "não apenas as de caráter eminentemente econômico, assim como as de cunho social, ambas a exigir um profissional com sólida formação para atuar além do mercado acadêmico".

Na **Tabela 4** é apresentado um resumo dos motivos e das oportunidades que os egressos tiveram em relação a iniciar um mestrado e aquilo que o curso proporcionou à época da pesquisa:

Tabela 4 - Motivação para o mestrado e oportunidades oferecidas pós Mestrado

Motivação para o mestrado	Quantidade de egressos	%
Carreira docente	13	44,83
Complementação pós-graduação	3	10,34
Realizar pesquisa	4	13,79
Mercado de trabalho	2	6,90
Progressão funcional	7	24,14
Oportunidades pós mestrado	Quantidade de egressos	%
Abertura de uma empresa própria	1	3,45
Doutorado	2	6,90
Ingresso na carreira docente	6	20,69
Novo emprego	1	3,45
Prestação de serviço autônomo	3	10,34
Progressão funcional	11	37,93
Não respondeu ou não teve oportunidades	5	17,24

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

Ao serem confrontadas as respostas das questões que indagaram sobre a motivação para ingresso no mestrado e as oportunidades que a conclusão do mestrado já proporcionou aos egressos, encontrou-se resultados interessantes e relevantes, pois dos treze sujeitos cuja motivação foi a carreira docente, seis conseguiram oportunidade de ingressar na carreira docente, sendo cinco no serviço público e um no setor privado. Portanto 46,15% dos motivados pela busca da carreira docente, após a conclusão do mestrado conseguiram ingressar na carreira docente. A estes seis mestres que conquistaram a carreira docente, acrescenta-se cinco que, embora manifestaram outros motivos para ingressarem no mestrado, após consulta ao Currículo Lattes, verificou-se que, antes ou enquanto discentes, estavam inseridos na carreira docente. Denota-se então, que de forma direta ou indireta, o mestrado contribuiu para a continuidade do processo formativo e profissional de 11 egressos, mestres-docentes.

Daqueles que elegeram como motivação a progressão funcional, sete egressos, portanto 100% conseguiram a progressão inicialmente almejada, sendo três na iniciativa privada e quatro no funcionalismo público. Ademais, outros quatro que, embora não tenham priorizado a progressão funcional como motivo de ingresso no mestrado e priorizando o mercado de trabalho, a complementação dos estudos e a realização da pesquisa, informaram que tiveram como principal oportunidade a progressão funcional na carreira, sendo três

servidores públicos e um do setor privado. Verificou-se também que, embora priorizando inicialmente a carreira docente, dois egressos perpassam os limites do mestrado buscando o doutorado para dar continuidade a sua formação na busca dos seus objetivos iniciais, não deixando de ser considerados também como agentes de continuidade da pesquisa, haja vista que no processo do doutorado a atividades de realização pesquisa são extremamente exploradas.

Independentemente das trajetórias pós mestrado, observa-se que 100% dos egressos possuem alguma renda, inclusive aqueles que estão se dedicando ao doutorado. Na **Tabela 5** é demonstrado a situação de renda dos egressos antes e pós mestrado:

Tabela 5 - Remuneração mensal antes e após o Mestrado

Rendimento Mensal Aproximado	Antes do Mestrado Quant..... (%)	Após o Mestrado Quant..... (%)
até 2 salários mínimos	3..... (10,34%)	1..... (3,45%)
entre 2 até 5 salários mínimos	20.....(68,97%)	12..... (41,38%)
entre 5 até 7 salários mínimos	5.....(17,24%)	14..... (48,28%)
entre 7 até 10 salários mínimos	1.....(3,45%)	1..... (3,45%)
mais de 10 salários mínimos	0	1..... (3,45%)

Fonte: Respostas ao questionário aplicado pela Pesquisadora

A primeira vista, aparentemente muitos se mantiveram na mesma faixa salarial, no entanto em uma análise detalhada das respostas apura-se que a conclusão do mestrado possibilitou bastante trânsito entre as faixas salariais. Dos 29 respondentes, 10 deles (34,48%) mantiveram na mesma faixa salarial. Ainda com mais detalhes observa-se que: 02 servidores públicos que se mantiveram na faixa salarial de 7 a 10 salários mínimos (o que necessariamente não expressa uma estagnação uma vez que esta faixa corresponde à variação entre R\$ 6.160,00 a R\$ 8.800,00 e a movimentação dentro dela é bem significativa em termos salariais); 2 egressos vinculados ao setor privado mantiveram-se na faixa de 5 a 7 salários mínimos, recebendo entre R\$ 4.401,00 a R\$ 6.160,00. Ainda permaneceram na faixa de 2 a 5 salários mínimos, 2 servidores públicos, 2 da iniciativa privada e um autônomo, estando estes na faixa entre R\$ 1.761,00 a R\$ 4.400,00 e apenas 1 autônomo ainda percebe até 2 salários mínimos mensais (até R\$1.760,00). Dentre aqueles que alteraram sua remuneração encontrou-se 1 estudante e 1 empregado do setor privado que saíram de 2 salários mínimos e passaram a perceber de 2 a 5 salários mínimos. A grande maioria se movimentaram da faixa de 2 a 5 salários mínimos para a faixa de 5 a 7 salários mínimos, dentre eles 10 são servidores públicos; um estudante e quatro egressos vinculados à iniciativa privada. Os dois egressos

restantes tiveram trajetórias inversas, enquanto um conseguiu passar para a faixa acima de 10 salários mínimos, o outro sofreu redução em seus rendimentos, saindo da faixa de 7 a 10 salários mínimos para 5 a 7 salários de referência.

De uma maneira geral verificou-se que aproximadamente 70% dos respondentes, após a realização do mestrado estão enquadrados na faixa de 5 a 7 salários mínimos, sendo em sua maioria vinculados ao setor público. Na pesquisa realizada por Ieger (2014), apenas 3% dos mestres se enquadram na mesma faixa remuneratória. Estevam (2007) encontrou a maioria de seus pesquisados enquadrados na faixa de renda de 6 a 10 salários mínimos, com predominância de servidores públicos. Semelhante resultado foi apurado por Velloso (2004)²² *apud* Estevam (2007), quando "85% dos titulados de sua pesquisa trabalhavam em universidade e/ou instituições de pesquisa". Na tese apresentada por Lima (2016), a remuneração dos egressos sofreram efeitos significantes pós titulação *Stricto Sensu*, sendo apurado em torno de 17,7% para o doutorado, 13% para o mestrado acadêmico e 9% para o mestrado profissional.

O caminho a Pesquisa

Independentemente do formato que o trabalho de conclusão é apresentado, durante a pós-graduação *Stricto Sensu*, os discentes centralizam suas atividades e conhecimentos para realização de pesquisas. Afinal, é fundamental produzir saberes e saberes coletivos que serão compartilhados, demonstrando que os programas de mestrado profissional podem figurar como o propulsor para junção da pesquisa tecnológica com a pesquisa científica. Nesta vertente, a expectativa quanto aos egressos é que as pesquisas continuem, passando de mestrado para doutorado e, quiçá, manter-se pesquisador. Não somente no âmbito acadêmico, mas em qualquer outra atividade que não a docente, pois a pesquisa pode ser realizada e estabelecida em outros ambientes organizacionais. Diante desta expectativa, realizou-se uma coleta de informações junto à Plataforma Lattes para quantificar as pesquisas registradas após a conclusão do mestrado objeto desta pesquisa. Neste sentido notifica-se que, dentre os egressos que se mantiveram no campo da pesquisa, encontra-se diversos ambientes organizacionais, quais sejam: docência, laboratórios escolares; fiscalização e controle de qualidade de alimentos e profissionais autônomos na área de consultoria. Ademais, constata-

²² VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de Pós-Graduação Cadernos de Pesquisa. vol.34 n°123 São Paulo 2004.

se pela pesquisa realizada, que dois egressos enveredaram para o caminho do doutorado, o que considerando que serão pelo menos 4 anos dedicados aos estudos e pesquisa, indicam que a produção será realizada no decorrer do período de estudo. Além disso há expectativas que demais egressos também conquistem suas vagas em pós-graduação a nível de doutorado para prosseguir a busca pela titulação e continuidade da formação acadêmica. No entanto, o caminho pode ser longo, pois deve-se considerar que cada vez mais as pessoas se deparam com a dificuldade de acesso aos programas de mestrado e de doutorado, haja vista a crescente concorrência e exigências dos editais, dificultando o acesso. Isto posto, constata-se que há oito pesquisadores, representados por letras A a H (código), considerando todas as informações constantes do Indicadores de Produção da Plataforma Lattes, com base na pesquisa individual por nome do egresso, cujas quantidades são mensuradas no **Quadro 21**.

Quadro 21 - Publicações dos egressos após a Titulação

Código	Ano Egresso	Quant. Publicações
A	2014	1
B	2014	34
C	2014	8
D	2013	143
E	2014	49
F	2015	3
G	2015	4
H	2014	4
Total		246

Fonte: Plataforma Lattes 2017 - Criado pelo Pesquisador

Na **Tabela 6** apresenta-se um resumo das produções incluídas na Plataforma Lattes, detalhadamente com as informações do tipo de produção e ano de publicação/apresentação. Para a apresentação do resumo foram consideradas a produção do ano imediatamente posterior ao ano de titulação. Contudo, vale considerar que, embora a pesquisa ao site tenha sido muito recente, próxima à apresentação do resultado da pesquisa, o fator atualização por parte dos egressos é *sine qua non* para o sucesso da pesquisa, pois a falta dela pode prejudicar o resultado exposto. Isto porque, a responsabilidade de atualização é do próprio egresso e se ele não atualizar seu currículo na referida Plataforma, os dados obtidos podem não expressar o real número de produções geradas pelos egressos.

Tabela 6 - Resumo de Produções/ano, incluídas na Plataforma Lattes dos Egressos

PRODUÇÕES	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Resumos Publicados em Anais de Eventos	5	30	8	0	43
Artigos Completos Publicados em Periódicos	10	13	6	1	30
Livro ou Capítulo	2	5	2	0	9
Apresentações de trabalho	25	40	25	0	90
Trabalhos Técnicos	1	3	1	0	5
Outras	17	40	11	1	69
TOTAL	60	131	53	2	246

Fonte: Plataforma Lattes 2017- Criado pela Pesquisadora

Ao recompor a trajetória da Educação Profissional no Brasil, enquadrando o IFTM como principal ator social neste processo, pode-se constatar que passo a passo a educação vem atingindo um público diverso e carente de ações que promovam sua formação acadêmica de forma a atender suas expectativas. Diante dessas possibilidades os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* começaram a ser ofertados e procurados por uma grande quantidade de candidatos. como no caso do programa de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM-*Campus* Uberaba, objeto deste estudo.

Face aos resultados apurados, concluiu-se que o IFTM - *Campus* Uberaba está na direção certa do seu percurso formativo de mestres em Ciência e Tecnologia de Alimentos, haja vista o alto nível de aprovação demonstrados por seus egressos, além de contar com um grupo de docentes de excelência, tanto na formação quando no tocante à dedicação, competência e inter-relacionamento, visualizado pelo retorno conceitual ao serem avaliados por seus ex-alunos, o que condiz com o alto nível de confiança e reconhecimento da sociedade quanto à atuação do IFTM na educação profissional e tecnológica e seu referido programa de mestrado, aqui pesquisado. Neste sentido, concluí-se também que a titulação conquistada atendeu às expectativas e motivações da maioria dos egressos, levando-os às conquistas de novos rumos no mercado de trabalho, como a carreira docente, à melhoria de renda, formação para a pesquisa (diante dos resultados relativos à produção de pesquisas) e ainda com ingresso em pós-graduação a nível de doutorado. Desta forma o resultado vem ao encontro de boa parte dos objetivos do programa, uma vez que a pesquisa não vislumbrou identificar atividades realizadas que demonstrassem diretamente o nível de desenvolvimento de capacidades criadoras e técnico-profissionais dos egressos. E ainda, demonstrando que o programa de pós-graduação agrega valor à formação acadêmica dos egressos quando se refere ao crescimento pessoal e reflete também no aumento de renda. Outro achado da pesquisa é a necessidade do IFTM analisar o tempo de titulação dos mestrandos, levando em consideração os regulamentos existentes.

Por fim, constatou-se que a pesquisa não esgota as investigações quanto a percepção dos egressos em relação ao IFTM, pois expressa apenas a avaliação de apenas um programa oferecido. Sendo assim entende-se como fundamental que a instituição desenvolva sistemas de acompanhamento de egressos para que consiga identificar pontos de aperfeiçoamento para eficiência e eficácia das ações de ensino-aprendizagem voltadas para a formação de cidadãos de um tempo em que as transformações científicas e tecnológicas saltam-nos aos olhos e as ações necessitam ser mais ágeis. E ainda, que os resultados da visão do egresso venham a constituir um importante instrumento de revisão e aperfeiçoamento dos cursos oferecidos,

pois este feedback da atuação do IFTM por parte de seus ex-alunos pode contribuir muito quando se considera sob a perspectiva de colher informações relevantes para a reflexão e aperfeiçoamento dos programas, tendo por base a percepção dos egressos, possibilitando a análise tanto no sentido de rever procedimentos e práticas bem como da adequação de seus regulamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2006.

BARROS, Elionora Cavalcanti de, VALENTIM, Márcia Cristina, MELO, Maria Amélia Aragão. **O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições**. RBPG, V.2, n.4, jul 2005, p. 124-138.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 set. 2016.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 10 nov 1937. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 10 set. 2016

_____. Decreto -Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial**. CBRL, RJ., 31 dez. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Decreto-lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 27 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto-lei n. 8.680, de 15 de janeiro de 1946. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, (Lei Orgânica do Ensino Industrial). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 17 jan. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8680.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. Parecer CESu n. 977/65. Definição dos cursos de pós-graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 dez 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/.../Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 9 set. 2016.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto n. 83.935, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 set. 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 out. 2016.

_____. Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 dez. 1994

_____. Lei n. 9.384, de 20 de setembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 1999. Seção 1, p. 14.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE n. 79/2002**. Consulta sobre titulação de programa mestrado profissionalizante. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces079_02.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto-lei n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94806/decreto-6095-07>>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 4, de 06 de janeiro de 2009**. Estabelecer a relação dos campi que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sec1.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. 2009 **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez 2009, disponível em <[https://www.capes.gov.br/legislacao/53-conteudo-estatico/servicos/2340-portarias contas/](https://www.capes.gov.br/legislacao/53-conteudo-estatico/servicos/2340-portarias%20contas/)>. Acesso em: 9 set. 2016

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. set.2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> acessado em 30/09/2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, **Editais 005/CAPES/DAV**. Chamada de novas propostas de cursos de mestrado profissional. 2010 Disponível em <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Editais_005_MestradoProfissional .pdf/](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Editais_005_MestradoProfissional.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. **Resolução CONSUP IFTM n. 33/2010**. Aprovar a proposta do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, 2010. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/proreitorias/conselho_superior/resolucoes/>. Acesso em: 03 jun. 2016

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.325, de 21 de setembro de 2011. Reconhece os cursos de pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2011. Seção 1, p. 634.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. **Resolução CONSUP IFTM n. 33/2011**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, 2011 . Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/proreitorias/conselho_superior/resolucoes/>. Acesso em 03 jun. 2016

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. **Resolução CONSUP IFTM n. 129/2011**. Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, 2011. Disponível em: http://www.iftm.edu.br/proreitorias/conselho_superior/resolucoes/>. Acesso em: 03 jun. 2016

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. 2013. Disponível em: <<http://iftm.edu.br/instituto/pdi.pdf>>. Acesso em: 12 set 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 331, de 23 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2013. Seção 1, p. 14-15.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, **Tabelas de Áreas de Conhecimento - 2013**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal: relação anual de informações sociais – 2014**. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F4D225D014FB3757F852753/Caracter%C3%ADsticas%20do%20Emprego%20Formal%20segundo%20a%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20Anual%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20Sociais%202014%2031082014.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais: **Estatística de gêneros**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-13,128&ind=4698>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 505, de 10 de junho de 2014. Altera a Portaria n. 331, de 24 de abril de 2013, do Ministério da Educação. 2014, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jun. 2014. Seção 1, p. 16-18.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 27, de 21 de janeiro de 2015. 2015, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 2016. Seção 1, p. 8-13.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Avaliação – **Comunicado CAPES - período de avaliação do SNPG. 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-salaimprensa/noticias/7278-comunicado-capes-periodo-de-avaliacao-do-snpg>>. Acesso em: 7 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. **Perguntas frequentes – CAPES**. 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>. Acesso em: 7 out. 2016.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. **Relatório de gestão 2015**. 2016. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/processo_contas/pdf/Relatorio_Gestao_2015.pdf>. Acesso em: 12 set 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira, **Indicadores de qualidade da educação superior** 2015. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior-20-1/21206>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da educação superior** - graduação. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 15 mar. 2017.

CHAMAHUM, Deborah Freitas Assunção **Avaliação de egressos do curso de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas do IFTM: formação profissional e emprego, 2016.** 118f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, 2016.

ESTEVAM, Humberto Marcondes. **Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação escolar: impacto na formação docente e de pesquisador. 2007.** 110 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, 2007.

_____.; GUIMARÃES, Selva. **Avaliação do perfil de egressos do Programa de pós-graduação stricto Sensu em educação da UFU: impacto na Formação docente e de pesquisador, 2004-2009).** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 703-730, nov. 2011

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Economia doméstica: Ensino profissionalizante feminino no triângulo mineiro (Uberaba/MG - 1953/1997).** Jundiaí, SP: Paço Editorial, 2014.

FREITAS, H; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. **O Método de Pesquisa Survey.** Revista de Administração, São Paulo, v. 35, n.3, p. 105-112, julho/setembro 2000.

FISCHER, Tânia, **Seduções e riscos: a experiência do mestrado.**RAE, v. 43, n.2 p. 119-123, abr mai jun 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IEGER, Eliana Maria. **Da qualificação ao mercado de trabalho: um estudo de caso com egressos de um curso superior de informática no Paraná. 2014.** 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão.** 2.impressão. Brasília: INEP REDUC, 1991.

LEAL, MC., and FREITAS, CM., orgs. **Cenários possíveis: experiências e desabafos do mestrado profissional na saúde coletiva** [on line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.284p. Available from Scielo Books<<http://books.scielo.org>>.

Lima, Diego de Faveri Pereira. **Quanto vale uma pós-graduação stricto-sensu no Brasil? Os efeitos do mestrado e doutorado na remuneração de seus egressos, Rio de Janeiro, 2016.** 152 f. Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa - FGV, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLL, Jaqueline. Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação no Brasil: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral**. Pouso Alegre, MG: IFSulde minas, 2014.

PAIVA, Ângela Maria. **Rumos e perspectivas do egresso do programa de pós-graduação Stricto Sensu em educação PUC- Campinas - (1993-2004)**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

PENA, Monica Diniz Carneiro. **Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro**. Educação Tecnológica, Belo Horizonte, v.5, n.2, p-25-30, jul./dez. 2000

RIBEIRO, Renato Janine. **O mestrado profissional na política atual da Capes**. RBPG, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul.2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História do Brasil: (1930/1937)**. 32.ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 3 JUN. 2016.

SAVIANI, Demerval. **Na nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

TOMÉ, Ana Clécia de Abreu. **Trabalho e/ou educação: História da educação Profissional no Brasil**. #Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, RS: v.1, n.2, 2012.

TORINI, Danilo Martins. **Formação e identidade profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais**, São Paulo, 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2012.

VELLOSO, Jacques. **A Pós-Graduação no Brasil: Formação e Trabalho de Mestres e Doutores no País** / Jacques Velloso (Org), Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002 Vol. I - 452

QUESTIONÁRIO

Egressos do curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

- 1) Sexo: masculino feminino
- 2) Estado civil:

<input type="checkbox"/> solteiro	<input type="checkbox"/> casado	<input type="checkbox"/> união estável ou equivalente
<input type="checkbox"/> separado/divorciado	<input type="checkbox"/> viúvo	
- 3) Data de nascimento: ____/____/____
- 4) Cidade/Estado onde reside: _____/_____
- 5) Qual o nome do seu curso de graduação? _____
- 6) Em que ano você concluiu a graduação? _____
- 7) Qual o nome da Instituição na qual você realizou a sua graduação? _____
- 8) Qual o nome do curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* (se você concluiu curso de especialização)?

- 9) Em que ano você concluiu a Pós-Graduação *Lato-Sensu*(se você concluiu curso de especialização)?

- 10) Qual o tipo de incentivo que teve para fazer o Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos?

<input type="checkbox"/> licença com liberação das atividades
<input type="checkbox"/> redução de carga horária
<input type="checkbox"/> bolsa de estudos
<input type="checkbox"/> liberação com compensação de carga horária
<input type="checkbox"/> outro: _____
- 11) Qual a principal razão que o levou a fazer o Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos?

<input type="checkbox"/> Busca de carreira docente
<input type="checkbox"/> Como complementação do curso de graduação/pós-graduação
<input type="checkbox"/> Com a finalidade de realizar pesquisa
<input type="checkbox"/> Buscar melhor posição no mercado de trabalho
<input type="checkbox"/> outro: _____

Avalie as questões a seguir , em relação ao curso Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos:

- 12) Currículo:

<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> ruim
--------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------
- 13) Biblioteca

<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> ruim
--------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------
- 14) Equipamentos/materiais:

<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> ruim
--------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------
- 15) Competência dos professores:

<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> ruim
--------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------
- 16) Dedicção e interesse dos professores:

<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> ruim
--------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------
- 17) Relacionamento professor aluno

<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> ruim
--------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------

- 18) Avaliação geral do curso de mestrado:
 Ótimo Bom Regular ruim
- 19) O tema de sua pesquisa foi mantido até a conclusão do curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos:
 sim não
- 20) Qual o ramo de sua atividade atual?
 docência consultoria processamento de alimentos
 outro: _____
- 21) Qual o seu vínculo empregatício atual?
 empregado do setor público empregado do setor privado Autônomo Empresário (dono/sócio de estabelecimento) Desempregado
- 22) O que o Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos tornou possível em termos de oportunidade/crescimento profissional?
 ingresso na carreira docente
 ingresso no serviço público
 progressão funcional na empresa em que já trabalhava
 abertura de uma empresa própria
 prestação de serviço autônomo
 Outro: _____
- 23) Qual a sua média salarial **antes** da conclusão do mestrado?
 até 2 salários mínimos entre 2 até 5 salários mínimos
 entre 5 até 7 salários mínimos entre 7 até 10 salários mínimos
 mais de 10 salários mínimos
- 24) Qual a sua média salarial **atual**?
 até 2 salários mínimos entre 2 até 5 salários mínimos
 entre 5 até 7 salários mínimos entre 7 até 10 salários mínimos
 mais de 10 salários mínimos
 Outro
- 25) Comentários sobre esta pesquisa: _____

CARTA CONVITE

Prezado(a) Mestre(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Perfil de Egressos do Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM: Impactos na Formação e na Pesquisa.

Para esclarecimentos, segue anexo o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Confidencialidade para a pesquisa. Ao iniciar o Questionário você estará confirmando a leitura e a concordância com os Termos.

Sua contribuição é fundamental para o sucesso desta pesquisa, assim agradeço antecipadamente a sua colaboração e coloco-me à disposição para fornecer maiores informações.

Para responder ao questionário, clique no link abaixo (serão apenas 5 minutos):

<https://goo.gl/forms/jZ42tuwKEwC9KMt72>

Conto muito com sua participação!

Respeitosamente,

Célia Aparecida Almeida Estevam
Mestranda em Educação Tecnológica do IFTM
(34) 3326-1147

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **PERFIL DE EGRESSOS DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO IFTM: IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NA PESQUISA** sob a responsabilidade da pesquisadora Célia Aparecida Almeida Estevam, aluna regular do Curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do IFTM – *Campus* Uberaba e orientador Prof. Dr. Humberto Marcondes Estevam.

Este estudo tem como objetivo investigar a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos egressos do Curso Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM – *Campus* Uberaba.

O motivo que nos leva a estudar o assunto citado é gerar informações possibilitando a percepção das características inerentes ao mundo do trabalho e da pesquisa científica, bem como, fornecer subsídios ao IFTM para realizar a revisão e os ajustes cabíveis no Projeto Pedagógico do referido curso e auxiliar na reformulação das políticas para o ensino, pesquisa e extensão, objetivando adequá-lo às demandas do mundo do trabalho, contribuindo, assim, para uma formação acadêmica alinhada a prática profissional.

Sua participação ocorrerá por meio do preenchimento de questionário *on-line*, composto praticamente de questões fechadas. Pela participação você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer compensação financeira.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do assunto estudado e para a produção de conhecimento científico que beneficiará a comunidade, além de que poderá ter acesso ao resultado da pesquisa. Os riscos e desconforto envolvidos nesta pesquisa são mínimos, considerando que não são previsíveis. Contudo, com a finalidade de evitar e/ou reduzir quaisquer condições adversas que possam causar algum tipo de dano, informamos que as questões de que trata o questionário não causarão constrangimento e nem, tampouco, serão invasivas à sua intimidade. Você será esclarecido sobre a forma de assistência na execução, caso tenha dúvidas, inclusive considerando o acompanhamento posterior ao encerramento e/ou a interrupção da pesquisa.

A pesquisadora se compromete a manter a sua identidade no mais rigoroso sigilo, para tanto foi apresentado na primeira tela o Termo de Confidencialidade.

Célia Aparecida Almeida Estevam
Pesquisadora

Confirmo que fui devidamente esclarecido(a) sobre os objetivos e motivos desta pesquisa, de maneira clara e detalhada. Declaro que concordo em participar desse estudo, de livre e espontânea vontade e que em nenhum momento eu me senti forçado(a) a fazê-lo. E ainda, aceito participar do estudo especificado acima, com as garantias concordadas e especificadas a saber:

- receber esclarecimento a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa;
- liberdade para retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem nenhuma penalização;
- segurança de que não serei identificado e que será mantido o caráter confidencial dos dados;
- receber as informações sobre os resultados do estudo, quando solicitado por mim;
- os dados coletados poderão ser utilizados para divulgação em eventos de educação ou publicações, garantindo-se sempre o meu anonimato.

Declaro que recebi uma cópia digitalizada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas antes da responder ao questionário *on-line*.

.....
Participante

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - UFTM

Endereço: Rua Madre Maria José, 122 - 2º. Andar - Bairro Nossa Senhora da Abadia - CEP: 38025-100 – Uberaba(MG)

Fone: Telefone: (0**34) 3700-6776 e-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – *Campus* Uberaba.

Pesquisadora: CÉLIA APARECIDA ALMEIDA ESTEVAM

Endereço: Avenida Doutor Randolpho Borges Júnior, n. 2900 - Univerdecidade - CEP: 38064-300.

Fone: (34) 3326-1147- **E-mail:** celia@iftm.edu.br

Comprometo-me a preservar a privacidade dos participantes, cujos dados serão coletados por meio de questionário on-line. Declaro que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e para divulgação em eventos de educação ou publicações, garantindo-se sempre o anonimato dos participantes. Informo que os dados coletados serão mantidos sob minha responsabilidade por um período de 5 anos, sendo que após este período, serão destruídos. Garanto que não utilizarei as informações coletadas em prejuízo dos participantes e da comunidade.

Célia Aparecida Almeida Estevam
Pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERFIL DE EGRESSOS DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO IFTM: IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NA PESQUISA

Pesquisador: Célia Aparecida Almeida Estevam

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57220316.2.0000.5154

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.667.481

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores:

"A proposta deste estudo é investigar sobre o perfil de egressos do Curso de nível Stricto Sensu - Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM e seus impactos com relação a sua formação docente, seu nível de empregabilidade e a própria pesquisa, utilizando uma análise qualitativa e quantitativa. É importante conhecer a realidade vivenciada por estes egressos e identificar como estão inseridos na docência, trabalho e pesquisa. Visualizar de que forma o curso contribuiu e levantar questões que merecem atenção dos gestores para priorizar e destinar recursos de investimento e implementação do curso. O Curso de nível Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos, ministrado no IFTM-Campus Uberaba, tem em seu plano uma formação com base científica e tecnológica que visa capacitar os profissionais para reconhecerem a necessidade e importância dos estudos científicos e pesquisas como forma de agregar valores as suas atividades profissionais. Neste sentido, o curso busca a integrar a ciência e o mundo do trabalho, bem como o despertar para descobertas de soluções de problemas nas atividades da indústria alimentícia."

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores:

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

UF: MG

Município: UBERABA

CEP: 38.025-100

Telefone: (34)3700-6776

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 1.667.481

"Investigar sobre o perfil de egressos do Curso de nível Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM e seus impactos com relação a sua formação docente, seu nível de empregabilidade e a própria pesquisa.

1. Pesquisar sobre a satisfação dos Egressos com relação ao curso;
2. Demonstrar a relação entre o trabalho atual e a formação profissional dos egressos;
3. Verificar as dificuldades enfrentadas pelos egressos para a inserção no mercado de trabalho;
4. Averiguar a contribuição da formação profissional para a evolução da remuneração dos egressos;
5. Conseguem movimentos de inserção e promoção para o trabalho com a formação oferecida pelo curso?"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

"Embora não ofereça benefícios diretos aos participantes, indiretamente eles poderão ter a compreensão do assunto estudado e contribuir para a produção de conhecimento científico que beneficiará a comunidade. Os riscos e desconforto envolvidos nesta pesquisa são mínimos, considerando que não são previsíveis. Contudo, com a finalidade de evitar e/ou reduzir quaisquer condições adversas que possam causar algum tipo de dano, informamos que as questões de que trata o questionário não causarão constrangimento e nem, tampouco, serão invasivas à intimidade do pesquisado.

Assim os benefícios decorrentes do resultado da pesquisa são a geração de informações possibilitando a percepção das características inerentes ao mundo de trabalho e pesquisa, bem como, fornecer subsídios ao IFTM para realizar a revisão e os ajustes cabíveis no Projeto Pedagógico do referido curso e auxiliar na reformulação das políticas para o ensino, pesquisa e extensão, objetivando adequá-lo às demandas do mundo do trabalho, contribuindo, assim, para uma formação acadêmica alinhada a prática profissional e à pesquisa."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância científica e compreenderá uma abordagem de análise quantitativa e qualitativa com base na análise de questionários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados corretamente.

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6776

CEP: 38.025-100

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br



Continuação do Parecer: 1.667.481

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, o colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto, em reunião 05/08/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFTM dá-se em decorrência do atendimento à Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Conforme prevê a legislação, são responsabilidades, indelegáveis e indeclináveis, do pesquisador responsável, dentre outras: comunicar o início da pesquisa ao CEP; elaborar e apresentar os relatórios parciais (semestralmente) e final. Para isso deverá ser utilizada a opção 'notificação' disponível na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_733503.pdf	20/07/2016 14:28:27		Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto de Pesquisa Celia CEP UFTM_ alterado 20_07_2016.doc	20/07/2016 14:25:49	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
Outros	TermoDeConfidencialidade_Celia.docx	20/07/2016 14:24:09	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEprojetoCelia_UFTM_alterado.doc	20/07/2016 14:23:00	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa Celia CEP UFTM.doc	21/06/2016 09:19:02	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
Outros	AUTORIZACAOIFTM.pdf	20/06/2016 18:37:51	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
Outros	QUESTIONARIOEgressosMestradoAlimentos.docx	20/06/2016 18:37:08	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEprojetoCelia.doc	20/06/2016 18:35:56	Célia Aparecida Almeida Estevam	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoCELIACEPUFTM.pdf	20/06/2016	Célia Aparecida	Aceito

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-100

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6776

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 1.667.481

Folha de Rosto	folhaDeRostoCELIACEPUFTM.pdf	18:32:09	Almeida Estevam	Aceito
----------------	------------------------------	----------	-----------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 08 de Agosto de 2016

Assinado por:
Marly Aparecida Spadotto Balarin
(Coordenador)

Endereço: Rua Madre Maria José, 122

Bairro: Nossa Sra. Abadia

UF: MG

Município: UBERABA

CEP: 38.025-100

Telefone: (34)3700-6776

E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br